

Diário do Legislativo de 26/02/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Debates da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 24/2/2005

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 347 a 349/2005 (encaminham os Projetos de Lei nºs 2.081 a 2.083/2005, respectivamente), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.084 a 2.088/2005 - Requerimentos nºs 4.117 a 4.167/2005 - Requerimentos da Comissão de Defesa do Consumidor e outra e dos Deputados Carlos Gomes e Adalclever Lopes - Oradores Inscrições: Discursos dos Deputados Sargento Rodrigues e Pinduca Ferreira - Questões de ordem; discurso do Deputado Adalclever Lopes; questões de ordem; discursos dos Deputados Leonardo Quintão, Leonardo Moreira, Miguel Martini, Sávio Souza Cruz, Leonardo Quintão, Miguel Martini e Dilzon Melo; questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os vetos às Proposições de Lei nºs 16.307, 16.359 e 16.363 - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os vetos às Proposições de Lei nºs 16.317, 16.334, 16.349, 16.350 e 16.362 - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os vetos às Proposições de Lei nºs 16.369 e 16.374 - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os vetos à Proposição de Lei Complementar nº 90 e às Proposições de Lei nºs 16.308 e 16.368 - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jésus Lima - Jô Moraes - João Leite - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacifico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º- Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Antônio Andrade, 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 347/2005*

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido ao exame dessa egrégia Assembléia Legislativa, o Projeto de lei incluso, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos os imóveis que especifica.

Os dois imóveis de que trata o Projeto, situados na rua João Alves Pereira, s/nº, em Campos Altos, com a área de 1.276,00 m² e 5.000,00 m², respectivamente, foram incorporados ao patrimônio do Estado no ano de 1965 por doação do Município de Campos Altos, conforme escrituras públicas registradas sob os nºs. 12.318, do livro 3-I, fls. 44 e 12.508, livro 3-I, fls. 78, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Ibiá. No local o Estado deveria construir um moinho de calcário, o que efetivamente se concretizou, tendo o empreendimento funcionado por longos anos.

Com o encerramento das atividades do moinho, ocorrido há mais de vinte anos, o imóvel ficou ocioso, ensejando a sua invasão por moradores de baixa renda. A Administração Municipal deseja regularizar a situação dos posseiros, outorgando-lhes os títulos de propriedade, uma vez satisfeitas as exigências legais.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão informa que não existem planos para o aproveitamento dos imóveis, razão por que opina favoravelmente à sua devolução àquele Município.

São essas as razões que me levam a solicitar dos Senhores Deputados a aprovação da medida, em cumprimento ao disposto no art. 18 da Constituição do Estado.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei Nº 2.081/2005

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos os imóveis que especifica.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campos Altos, os seguintes imóveis:

I – imóvel constituído pela área de 1.276,00 m², situado na Rua João Alves Pereira, s/nº, na Cidade de Campos Altos, registrado sob o nº 12.318, Livro 3-I, Fls. 44, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiá;

II – imóvel constituído pela área de 5.000,00 m², situado na Rua João Alves Pereira, s/nº, na Cidade de Campos Altos, registrado sob o nº 12.508, livro 3-I, fls. 78, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiá.

Parágrafo único - Os imóveis referidos neste artigo destinam-se à regularização da ocupação, urbanização e reorganização das áreas, e implementação no local, de redes de água e esgoto, pelo Município.

Art. 2º - Os imóveis descritos no art. 1º reverterão ao patrimônio do Estado, se no prazo de cinco anos, contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhes tiver sido dada a destinação prevista nesta lei ou modificada a sua finalidade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 348/2005*

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Apraz-me encaminhar à consideração dessa Egrégia Assembléia o apenso projeto de lei, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 14.699, de 6 de agosto de 2003, a qual dispõe sobre formas de extinção e garantias de crédito tributário e dá outras providências.

O objeto da iniciativa é aumentar de R\$9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) para R\$10.000,00 (dez mil reais) o limite máximo a observar para o pagamento, pelo Estado, de débitos ratificados por sentença judiciária, sem necessidade da apresentação de precatórios e sem sujeição

a parcelamento. A Lei alterada regulamentou o preceito contido no art. 100, § 3º da Constituição da República, bem como os arts. 78 e 87 da mesma Carta Magna, tendo sido editada em regime de competência complementar. Com efeito, a Lei Maior estabelece que a definição de "obrigações de pequeno valor", para fins de dispensa de precatório, será feita, via lei ordinária, pelos diversos entes da Federação.

O critério observado para se chegar ao valor limite de R\$10.000,00 (dez mil reais) tem por base indicadores socioeconômicos, inclusive a questão inflacionária. Leva-se sempre em conta, por outro lado, a necessidade de observância dos preceitos constitucionais da impessoalidade e da eficiência, nesse momento mesmo em que nosso Governo se empenha em reforma administrativa visando a proporcionar ao povo mineiro serviços caracterizados pela eficácia e equidade.

Estas as razões que me conduzem a submeter ao exame de seus Nobres Pares o projeto de lei em anexo, para o qual peço a apreciação em regime de urgência nos termos do art. 69 da Constituição Estadual.

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei nº 2.082/2005

Altera a redação do art. 9º da Lei nº 14.699, de 6 de agosto de 2003, no tocante à dispensa de precatório para pagamento, pelo Estado, de obrigações de pequeno valor.

Art. 1º - O § 3º do art. 9º da Lei nº 14.699, de 6 de agosto de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º

§ 3º - Fica estabelecido como crédito de pequeno valor, para os fins de que tratam os arts. 78 e 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, aquele decorrente de demanda judicial cujo valor apurado em liquidação de sentença e após o trânsito em julgado de eventuais embargos de devedor opostos pelo Estado seja inferior, na data da liquidação, a R\$10.000,00 (dez mil reais), vedado o fracionamento."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188,c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 349/2005*

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido ao exame dessa egrégia Assembléia Legislativa, o Projeto de lei incluso, que autoriza o Poder Executivo a reverter a Dário Vicente de Souza e sua mulher Francisca Lima de Souza o imóvel que especifica.

O imóvel de que trata o Projeto, situado no Distrito de Ponte Alta de Minas, no Município de Carangola, foi doado ao Estado em 1967 por Dário Vicente de Souza, para a instalação de uma escola estadual.

A escola estadual funcionou no local até o ano de 1998, quando ocorreu a sua municipalização, tendo o Município de Carangola mantido o seu funcionamento até o ano de 2003, quando foi definitivamente desativada, por falta de alunos.

Estando o imóvel ocioso e encravado nos limites da propriedade dos doadores, desejam eles reavê-lo, conforme solicitação encaminhada à 5ª Superintendência Regional de Ensino, em Carangola.

A Secretaria de Estado de Educação manifestou-se favoravelmente à devolução do imóvel, o mesmo ocorrendo com a Pasta do Planejamento e Gestão, uma vez que não têm planos para o seu aproveitamento.

São estas as razões que me levam a solicitar a aprovação do Projeto, que faz justiça aos seus desprendidos ex-proprietários.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei Nº 2.083/2005

Autoriza o Poder Executivo a reverter a Dário Vicente de Souza e sua mulher o imóvel que especifica.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter a Dário Vicente de Souza e sua mulher Francisca Lima de Souza, o imóvel constituído pela área de 2.000,00 m², situado no Distrito de Ponte Alta de Minas, no Município de Carangola, registrado sob o nº 1.198, livro 3, fls. 262, no Cartório de Registro de Imóveis na Comarca de Carangola.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.084/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Parceiros Prata dos Netos, com sede no Município de Presidente Olegário.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Parceiros Prata dos Netos, com sede em Presidente Olegário.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2005.

Elmiro Nascimento

Justificação: A Associação dos Parceiros Prata dos Netos, com sede na Fazenda Prata dos Netos, na zona rural do Município de Presidente Olegário, é uma entidade civil sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Destacam-se entre as principais finalidades da entidade a proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, o combate à fome e à pobreza, a integração dos associados ao mercado de trabalho, a divulgação da cultura e do esporte e a proteção do meio ambiente.

A referida entidade foi constituída em 18/6/89, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas, que não recebem remuneração pelo exercício de suas funções.

Considerando-se a importância dos serviços assistenciais prestados pela Associação dos Parceiros Prata dos Netos, espero contar com o apoio dos ilustres deputados à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.085/2005

Dispõe sobre a operação dos redutores eletrônicos de velocidade.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica proibida a operação de redutor eletrônico de velocidade nas rodovias estaduais.

Parágrafo único - Excetua-se da determinação prevista no "caput" os redutores instalados em vias onde a velocidade regulamentar seja superior a 60 km/h (sessenta quilômetros por hora).

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2005.

Célio Moreira

Justificação: Inicialmente cumpre esclarecer que já existe, em âmbito municipal, a Lei nº 8.394, publicada em 21/6/2002, que proíbe a operação de radares eletrônicos no horário compreendido entre 23h30min e 5h30min. O objetivo primordial desse dispositivo legal é dificultar a ação de assaltantes, que muitas vezes se aproveitam da baixa velocidade do veículo para abordá-lo.

Não se trata de questionar a funcionalidade dos redutores eletrônicos e muito menos refutar a sua aplicabilidade. A questão é outra, aliás, muito pertinente frente à crescente onda de violência: trata-se de preservar a segurança dos cidadãos.

Vários são os casos em que motoristas, ao reduzir a velocidade para menos de 40 km/h, devido à presença de redutores eletrônicos, são abordados por assaltantes, tendo seu veículo roubado e correndo o risco de ser vítimas de seqüestro-relâmpago. Como se não bastasse a atuação dos bandidos nas ruas das cidades, estes têm aproveitado o pouco policiamento das rodovias estaduais para agirem da mesma forma.

Obviamente, não há como negar o benefício que tais redutores trazem para os cidadãos, permitindo uma travessia segura ao pedestre. Porém, o Governo do Estado tem se organizado com o intuito de instalar passarelas em todos esses locais onde o fluxo de pedestres nas rodovias é maior. Ressalte-se que o projeto não visa eliminar todos os radares instalados nas rodovias estaduais, mas somente aqueles que exigem velocidade menor que 60 km/h. Acreditamos que, dessa forma, a abordagem de um veículo com velocidade acima de 40 km/h é consideravelmente mais difícil.

Os bandidos não têm horário para atuar: assaltam tanto à noite quanto de dia. E a presença de radares que obrigam o motorista a reduzir a velocidade a menos de 40 km/h tem facilitado a atuação dos assaltantes e colocado em risco a segurança e a integridade física dos motoristas e dos passageiros.

Podemos citar exemplos. O radar eletrônico instalado na MG-10, no Bairro Morro Alto, na divisa de Belo Horizonte com Vespasiano, obriga os motoristas a percorrerem a via com velocidade inferior a 40 km/h. Não são poucos os boletins de ocorrência acusando assaltos e sequestros-relâmpagos naquele local. Como este, existe ainda o radar da MG-05, que tem acarretado as mesmas conseqüências. Enfim, o objetivo deste projeto é zelar pela segurança dos motoristas nas rodovias estaduais, diminuindo o número de assaltos nos trechos descritos acima.

Certo da sensibilidade dos colegas Deputados para os problemas aqui trazidos, submeto o presente projeto ao douto juízo desta Casa Legislativa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.086/2005

Dispõe sobre a proteção da saúde dos consumidores nos estabelecimentos comerciais que menciona e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É regido por esta lei o funcionamento dos estabelecimentos comerciais instalados no Estado de Minas Gerais que ofertam a locação de uso e acesso a programas e jogos de computador, interligados em rede local ou conectados à rede mundial de computadores (Internet), e de seus correlatos.

Art. 2º - Os estabelecimentos descritos no artigo anterior devem, para o zelo e a proteção à saúde da criança e do adolescente, bem como dos demais consumidores, cumprir as seguintes normas:

I - o acesso de menores de 18 (dezoito) anos após as 22h (vinte e duas horas) é proibido;

II - a venda e o consumo de cigarros e congêneres são proibidos;

III - a venda e o consumo de bebidas alcoólicas são proibidos;

IV - a iluminação do local deve ser adequada e instalada de forma a não prejudicar a acuidade visual dos usuários, conforme normas estabelecidas por órgão competente;

V - os móveis e os equipamentos devem ser ergonômicos e adequados à boa postura dos usuários;

VI - o volume dos equipamentos utilizados deve ser programado de forma a se adequar às características peculiares e ao desenvolvimento da audição do menor de idade;

VII - a lista de todos os serviços e jogos colocados à disposição do consumidor deve ficar exposta em local visível e conter breve descrição de suas características, bem como a respectiva classificação etária.

Parágrafo único - O estabelecimento deverá manter um cadastro dos menores de 18 (dezoito) anos que freqüentam o local, com os dados indicados em regulamento.

Art. 3º - Os estabelecimentos mencionados no art. 1º desta lei ficarão obrigados a tomar as medidas necessárias a fim de impedir que o menor de idade utilize contínua e ininterruptamente os equipamentos por um período superior a três horas, devendo haver um intervalo de trinta minutos entre os períodos de uso.

Parágrafo único - Deverá ser fixado, em local visível, aviso que informe sobre o limite de horas, bem como o tempo de intervalo entre os períodos de uso, de acordo com o "caput" deste artigo.

Art. 4º - A utilização de jogos que envolvam prêmios em dinheiro fica terminantemente proibida.

Art. 5º - O não-cumprimento dos dispositivos desta lei implicará a aplicação de multa ou, em caso de reincidência, o fechamento do estabelecimento, sem prejuízo da responsabilidade do proprietário e dos demais agentes do estabelecimento, em virtude da infração ao disposto nos arts. 5º, 17, 18 e 258 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A proposição em tela trata de uma questão cada vez mais pungente em nossa sociedade: a saúde da população diante dos avanços tecnológicos. O projeto visa a regulamentar as chamadas "lan houses", principalmente tendo em vista a proteção da criança e do adolescente, dando especial atenção às integridades física e psíquica dos usuários desses estabelecimentos.

Resguardada a competência estadual para promover a defesa dos direitos básicos do consumidor (art. 24, inciso VIII, da Constituição Federal); a proteção à infância e à juventude (art. 24, XV, da Constituição Federal); e a proteção à saúde (art. 24, XII, da Constituição Federal), promove-se por intermédio dessa iniciativa a proteção da vida e da saúde e a segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

Apesar das "lan houses" e dos "cyber cafés" constituírem importantes instrumentos de inclusão digital que não devem ser combatidos, não se pode fechar os olhos para os prejuízos físico e psíquico que se podem causar a seus usuários em geral, principalmente as crianças e os adolescentes, se não houver adequação aos padrões de funcionamento estabelecidos neste projeto de lei.

A proposição contempla adequações a problemas que podem ocorrer com o uso inadequado dessa tecnologia. O uso por tempo demasiadamente prolongado pelos menores está limitado, e há a imposição de intervalos, a fim de se evitarem doenças, como a LER, problemas de visão e de postura, má formação das massas óssea e muscular - principalmente nas crianças - dores nas costas, nos tendões e no pescoço, obesidade, entre outros. Nesse sentido, a exigência de aspectos relacionados com a iluminação, a necessidade de móveis ergonômicos e a prática de níveis sonoros adequados também recebem disciplina.

A violência dos jogos eletrônicos também é abordada, sendo obrigatória a afixação da lista de serviços e jogos com a respectiva classificação etária.

Assim, ressaltadas todas essas questões, e diante da relevância do assunto, peço aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.087/2005

Dispõe sobre a prática do turismo de aventura no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O desenvolvimento do turismo de aventura no Estado será promovido em conformidade com as normas e diretrizes estabelecidas nesta lei e na legislação ambiental em vigor.

Parágrafo único - Esta lei tem o objetivo de ordenar a atividade, preservar os espaços naturais, garantir a segurança dos usuários e qualificar o pessoal envolvido na operação.

Art. 2º - As agências de turismo que operam em atividade enquadrada como turismo de aventura deverão:

I - estar regularizadas junto aos órgãos competentes do Estado e dos municípios;

II - obter licenciamento específico para atuar como agência operadora de turismo de aventura junto ao órgão competente, conforme regulamento;

III - utilizar local apropriado, equipamentos adequados e profissionais capacitados.

Art. 3º - As agências de turismo celebrarão termos de cooperação técnica com a Secretaria de Estado do Turismo - SETUR -, de acordo com as modalidades inerentes ao turismo de aventura, desde que comprovem estar licenciadas para atuar:

I - em locais adequados para a prática das atividades, determinando pontos de saída e chegada, trajetos e pontos de fixação de equipamentos;

II - com equipamentos específicos para a prática e a segurança de cada atividade.

Art. 4º - As agências licenciadas para o exercício da atividade do turismo de aventura, juntamente com os respectivos instrutores, serão responsáveis pelo uso adequado dos locais, dos equipamentos e da segurança e também pela contratação de seguro para todos os usuários.

Art. 5º - As atividades de turismo de aventura devem aliar o esforço físico e a preocupação com a manutenção do meio ambiente, devendo observar as características da paisagem e reduzir impactos sonoros, visuais e atmosféricos nos locais adequados à sua prática.

Art. 6º - A agência de turismo licenciada para atuar como operadora de turismo de aventura deverá, mensalmente, apresentar à SETUR demonstrativos de controle de fluxo e de acidentes, conforme modelo próprio elaborado pela Secretaria.

Art. 7º - Para que as agências de turismo atuem no mercado como operadoras do turismo de aventura deverão ser observados os seguintes prazos, a partir da data da publicação desta lei:

I - três meses, para assinatura dos termos de cooperação técnica;

II - seis meses, para a realização do curso de Instrutor de Turismo de Aventura;

III - quinze meses, para a emissão das licenças para uso dos locais próprios, dos equipamentos e pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos profissionais habilitados;

IV - vinte e quatro meses, para atender totalmente às exigências das etapas solicitadas.

Parágrafo único - As agências que forem criadas a partir do prazo de seis meses da data da publicação desta lei, receberão licença provisória até a data-limite para capacitação dos profissionais e, após doze meses, deverão cumprir integralmente os dispositivos desta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A presente proposição que ora submeto à apreciação dessa Casa Legislativa pretende dispor sobre a atividade de turismo de aventura no âmbito do Estado de Minas Gerais, com o escopo de ordenar a atividade, preservar os espaços naturais, garantir a segurança dos usuários e qualificar os profissionais envolvidos na operação das respectivas modalidades.

É notória a evolução desse tipo de atividade turística, que vem crescendo e despertando o interesse das mais variadas gerações, credenciando-se como nova opção para as práticas náuticas, de montanhismo, de vóo livre e trilhas. Não há legislação específica que discipline a matéria, e algumas regras existentes para o setor não conferem o necessário caráter profissional à atividade, de forma que venha a garantir segurança e melhor capacitação aos profissionais da área.

Para o mercado do turismo de aventura, o panorama não se limita apenas aos lugares em que o turista enfrenta os desafios da natureza. Hoje há interesses em destinos como centro de terapia, pois muitas pessoas procuram tais eventos turísticos na busca do auto-conhecimento e do desenvolvimento espiritual e, não raro, para trabalhar em projetos de conservação ambiental.

Como se pode verificar, o verdadeiro turismo de aventura é aquele que obedece aos padrões éticos dos esportes, que leva em conta a noção de desenvolvimento sustentado, feito de forma a garantir a segurança dos turistas e praticado tendo em vista a visão de desenvolvimento sustentado, em que se preserva a natureza e se geram emprego e renda.

Assim, as atividades de turismo de aventura serão sempre exercidas em locais adequados, com utilização de equipamentos em perfeito estado de manutenção e com orientação de profissionais capacitados, visando à máxima segurança do usuário. Para tanto, devem ser utilizados equipamentos de qualidade e respeitadas normas de segurança, e a mão-de-obra deve ser qualificada e passar por uma constante reciclagem.

O turismo de aventura pode inserir-se como espécie do gênero ecoturismo, se houver observâncias dos princípios de desenvolvimento sustentado, devendo a respectiva prática ser feita de maneira a causar o mínimo impacto à natureza e a não causar danos irreversíveis ou desnecessários que atinjam os recursos naturais e culturais utilizados em curto ou longo prazo, tendo em vista que sua prática deve trazer mais benefícios às comunidades locais do que prejuízos. Isso inclui, tanto quanto possível, empregar mão-de-obra e recursos locais, com o cuidado de não descaracterizar culturalmente nem socialmente a comunidade da região.

Assim, a proposta tem o cuidado de prever que, para o exercício das atividades de turismo de aventura, o esforço físico e a preocupação com a manutenção do meio ambiente devem estar sempre aliados, de forma que os praticantes observem as características da paisagem visando à redução de impactos sonoros, visuais e atmosféricos no local adequado à sua prática.

A iniciativa de disciplinar a atuação e a fiscalização do segmento é instrumento moderno e pioneiro, que coloca Minas Gerais, uma vez mais, na vanguarda do País.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Turismo para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.088/2005

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel constituído de 3,1216ha (três hectares, doze ares e dezesseis centiares), situado na localidade de Graminha, o qual foi anexado ao patrimônio da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, localizada na sede daquele município.

Parágrafo único - O imóvel descrito no "caput" deste artigo foi objeto de doação pelo Município de Carmópolis de Minas, para ser anexado ao patrimônio da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, através da escritura de doação registrada sob o nº 19.434, no livro 1J, a fls. 34, e sob o nº 03, matrícula nº 3.460, no livro 2J, a fls. 161, no Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis de Oliveira.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei destina-se à construção de um conjunto habitacional, em parceria entre o Município de Carmópolis de Minas e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2005.

Ivair Nogueira

Justificação: Trata-se de imóvel doado anteriormente ao Estado pelo Município de Carmópolis de Minas, para ser anexado ao patrimônio da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves. O imóvel seria utilizado para a construção do Campo Experimental do Curso Técnico Agrícola, ministrado por aquele estabelecimento de ensino e que, posteriormente, foi extinto por falta de demanda.

No imóvel, foi também iniciada a construção de uma escola municipal para crianças e jovens portadores de deficiência, que também não se concretizou.

Objetivando possibilitar o melhor aproveitamento do imóvel em questão, em face das necessidades atuais do município, a administração local pleiteia receber de volta o imóvel, mediante doação do Estado, para, posteriormente, construir um conjunto habitacional em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, para atender a uma antiga demanda de moradia.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.117/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja inserido no anais da Casa voto de congratulações com o SESG-MG pela realização do concurso Clique Turismo: Estrada Real. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 4.118/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja inserido nos anais da Casa voto de congratulações com a Rádio Vinícola, de Andradás, pelo 19º aniversário de sua instalação. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 4.119/2005, do Deputado Márcio Kangussu, solicitando seja inserido nos anais da Casa voto de congratulações com a diretoria do Banco do Nordeste do Brasil pela implantação da Superintendência Regional desse Banco em Minas Gerais. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 4.120/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Liviston Xavier Gonçalves por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Rio Novo.

Nº 4.121/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Leôncio Lopes de Magalhães por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Indaiabira.

Nº 4.122/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Joselito Viana da Costa por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Bugre.

Nº 4.123/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sandro Henrique do Vale por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Iguatama.

Nº 4.124/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Porfírio de Oliveira Filho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Pará de Minas.

Nº 4.125/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Luiz Antônio Garcia por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Mantena.

Nº 4.126/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Marcelo Augusto Carvalho Figueiredo por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito do Município de Botelhos.

Nº 4.127/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Márcio Custódio de Jesus por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito do Município de Raposos.

Nº 4.128/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Luiz Reis de Andrade por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito do Município de Periquito.

Nº 4.129/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Luiz Carlos de Castro por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito do Município de São Domingos do Prata.

Nº 4.130/2005, do Deputado João Bittar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Walter Titoneli por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito do Município de Palma. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.131/2005, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Gilson Celso Vaz de Melo da Silveira por sua eleição para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. - BELOTUR.

Nº 4.132/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja inserido nos anais da Casa voto de congratulações com o Cônsul-Geral Honorário do Japão em Minas Gerais pela homenagem recebida de José de Castro e Décio Freire e Associados "Aqueles que fazem por Minas e pelo Brasil". (- Distribuídos à Comissão de Turismo.)

Nº 4.133/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja inserido nos anais da Casa voto de congratulações com o Rotary Club de Arcos pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.134/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja inserido nos anais da Casa voto de congratulações com o Rotary Club de Candeias pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.135/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja inserido nos anais da Casa voto de congratulações com o Rotary Club de Boa Esperança pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.136/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja inserido nos anais da Casa voto de congratulações com o Rotary Club de Cambuquira pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.137/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Cristais pelo transcurso do Dia do Rotariano.

Nº 4.138/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Cruzília pelo transcurso do Dia do Rotariano.

Nº 4.139/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Formiga pelo transcurso do Dia do Rotariano.

Nº 4.140/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Guaxupé pelo transcurso do Dia do Rotariano.

Nº 4.141/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Itapeçerica pelo transcurso do Dia do Rotariano.

Nº 4.142/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Lavras pelo transcurso do Dia do Rotariano.

Nº 4.143/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Itaúna pelo transcurso do Dia do Rotariano.

Nº 4.144/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Lagoa da Prata pelo transcurso do Dia do Rotariano.

Nº 4.145/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Pains pelo transcurso do Dia do Rotariano.

Nº 4.146/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de São Lourenço pelo transcurso do Dia do Rotariano.

Nº 4.147/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Três Pontas pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.148/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Varginha pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.149/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Oliveira pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.150/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Monte Sião pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.151/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Machado pela passagem do Dia do Rotariano. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 4.152/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Itanhandu, na pessoa de seu Presidente, Sr. José de Carvalho Mendes, pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.153/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Elói Mendes, na pessoa de seu Presidente, Sr. Waldir Pereira Machado, pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.154/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Divinópolis, na pessoa de seu Presidente, Sr. Roldano Braga, pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.155/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Cláudio, na pessoa de seu Presidente, Sr. Elton Carlos Pessim Pereira, pela passagem do Dia do Rotariano.

Nº 4.156/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Caxambu, na pessoa de seu Presidente, Sr. Afonso de Assis Nogueira, pela passagem do Dia do Rotariano.

4.157/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Sra. Irma Barbosa, Presidente do Rotary Club de Carmo do Rio Claro, pela passagem do Dia do Rotariano. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 4.158/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Ten.-Cel. PM Flávio Gonçalves Milagres, Comandante do 21º Batalhão da PM, de Ubá, pelo transcurso do 18º aniversário dessa corporação. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.159/2005, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da COPASA com vistas a que sejam isentos do pagamento de taxa de esgoto os contribuintes que pagam taxa mínima de água. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.160/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja implantado o Programa Olho Vivo no Município de Uberlândia.

Nº 4.161/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja implantado o Programa Fica Vivo em regiões carentes do Município de Uberlândia.

Nº 4.162/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que autorize a liberação de um helicóptero para atender aos 17º e 32º Batalhões da PMMG, sediados no Município de Uberlândia. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.163/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da INFRAERO, Sr. Carlos Wilson Campos, com vistas a liberar um hangar no Aeroporto de Uberlândia para o helicóptero da PMMG que atenderá ao município. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 4.164/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a autorizar aumento do efetivo de Delegados, Detetives, Peritos e Escrivães e também de equipamentos, para a Polícia Civil Regional do Município de Frutal. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Weliton Prado. Anexe-se ao Requerimento nº 4.012/2005 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 4.165/2005, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado para que autorize aumento do efetivo de Delegados, Detetives, Peritos e Escrivães, bem como de equipamentos para a Polícia Civil do Município de Paracatu. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Weliton Prado. Anexe-se ao Requerimento nº 4.012/2005 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 4.166/2005, da Deputada Elisa Costa, solicitando seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o destino da aplicação dos recursos da ordem de R\$365.000.000,00, empenhados no Fundo Estadual de Saúde, em dezembro de 2004. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 4.167/2005, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja consignado voto de congratulações com o Município de Felixlândia pela comemoração dos 56 anos de sua emancipação, em 19/3/2005. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Antônio Andrade. Anexe-se ao Requerimento nº 4.071/2005 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Das Comissões de Defesa do Consumidor e de Saúde, solicitando a suspensão da assinatura ou da execução do contrato com a PREVIMINAS, sem prejuízo da continuidade de atendimento dos servidores deste Legislativo pela UNIMED, até que se esgote a discussão acerca da matéria.

Do Deputado Carlos Gomes, solicitando a criação da Frente Parlamentar de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Do Deputado Adalclever Lopes, solicitando seja provocada a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar para apurar a veracidade dos fatos que menciona. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Oradores Inscritos

- Os Deputados Sargento Rodrigues e Pinduca Ferreira proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Adalclever Lopes - Em nome da Bancada do PMDB, ocupo esta tribuna para repudiar matéria publicada hoje no jornal "Estado de Minas", que diz: "Chantagem perde força", referindo-se à Bancada do PMDB. Farei a leitura do requerimento que estamos encaminhando a V. Exa.: (- Lê o requerimento que foi publicado acima.).

O Deputado Dinis Pinheiro - O ilustre Deputado Adalclever Lopes aqui se apresentou e encaminhou um requerimento para solicitar à Comissão de Ética da Casa que convide alguns jornalistas e também a minha pessoa.

Todos aqui sabem, Sr. Presidente, do meu enorme e profundo respeito pelo Deputado Adalclever Lopes, um jovem e destemido guerreiro. Ele é nosso amigo e desfruta muito prestígio e amizade na Assembléia.

Tenho um respeito ainda maior por nosso PMDB de tantas lutas e glórias, cuja folha de serviços prestados aos mineiros e ao País é tão relevante; do PMDB do saudoso Presidente Tancredo Neves e de Ulysses Guimarães; do PMDB defensor do povo e dos interesses de nossa gente.

Cumpre-me fazer rapidamente alguns esclarecimentos. Deputado Adalclever Lopes, aqui sempre estarei com a consciência tranqüila, muito à vontade, sempre respeitando o PMDB. Com requerimento ou sem requerimento, sempre estarei na Comissão de Ética ou na Comissão de Justiça. Quando fui questionado, dava apenas uma resposta à reportagem veiculada ontem no grande jornal "Estado de Minas". O amigo e nobre Deputado Ivair Nogueira fazia algumas ponderações. Nesse texto, deixava bastante evidente e claro que o PMDB ali se colocava, logicamente com o apoio do PL, em uma tentativa de se fortalecer com benesses, apoio e cargos junto ao Governo.

Essas são palavras do Deputado Ivair Nogueira, e não tenho nenhum intento de polemizar a questão. Isso é o que estava escrito no jornal ontem, e reafirmo, mais uma vez, nesta augusta casa do povo, meu respeito pelo PMDB e pelo Deputado Adalclever Lopes.

Como externei, não posso compartilhar a idéia e o desejo de que o PL seja um obstáculo para se conseguir qualquer conquista perante o Governo de Minas. Particularmente, entendo que o Governador Aécio Neves tenha realizado um notável Governo, saneando o Estado e promovendo mudanças fortes e importantíssimas, que inseriram o nosso Estado na política nacional, preparando-o, devidamente e com brilhantismo, para as próximas eleições. Presto esse esclarecimento ao Deputado Adalclever Lopes, ao PMDB e a todos os que nos assistem neste momento.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não em nome do PMDB, mas no meu próprio, já que fui citado pelo Deputado Dinis Pinheiro, por quem tenho a maior consideração, pois é um grande e jovem Deputado com grande representatividade em Minas Gerais, esclarecerei o que disse à imprensa. Hoje questionamos o jornalista responsável pela matéria publicada no "Estado de Minas". Gostaríamos de saber qual Deputado do PMDB é responsável pelas declarações contidas nesse veículo de comunicação muito respeitado em todo o País. Não é o Deputado Ivair Nogueira, cuja palavra fazia referência à disputa no Tribunal de Contas. Tanto eu quanto os Deputados Sebastião Helvécio e Dalmo Ribeiro Silva continuamos afirmando, como base do Governo, que essa vaga é da Assembléia Legislativa. Tenho a certeza de que o Governador não interferirá no processo, a fim de tentar mudar a opinião dos Deputados desta Casa, já que a vaga é da Assembléia e o voto tem de ser de cada Deputado, levando-se em consideração a simpatia pelo candidato e sua competência. Tenho a certeza de que o Governador não entrará nessa luta. Esperamos também que nenhum Secretário de Estado nem aliado do Governo interfiram nessa disputa, pois a vaga do Governo do Estado deve ser a próxima. Nesse caso, o Governo disporá de todo o direito de indicar o candidato que desejar.

Em relação à matéria publicada no "Estado de Minas", tenho a dizer o seguinte, e o meu Líder, Deputado Adalclever Lopes, está aqui para confirmar isto: hoje, pela manhã, realizamos um reunião. Qualquer partido da base pode discutir com o Governador a ocupação dos cargos, não tendo de ser necessariamente o PMDB nem o PL. Isso ocorre na Assembléia Legislativa, no Governo do Estado e no Governo Federal. O PMDB não convocou ninguém para participar do bloco. Fomos chamados pelo Líder do PL para uma coletiva nesta Casa, junto ao Deputado

Sebastião Helvécio, representando o PDT. Lembro-me bem de que o Deputado Sebastião Helvécio, naquele momento, disse que não poderia falar em nome do seu partido sem consultar os Deputados. Podemos fazer uma aliança para tentar ocupar algumas comissões importantes desta Casa, pois qualquer partido tem esse direito. Isso não significa que, ao formar um bloco, estejamos contra o Governo. Essa interpretação é muito equivocada. Não concordamos com isso. O PMDB não solicitou nenhuma Secretaria ao Governador Aécio Neves, muito menos a de Saúde. O que constou hoje no "Estado de Minas" não é verdade, pois o PMDB não faz questão de Secretaria. Quando foi exposta a possibilidade de dar-se uma Secretaria ao PMDB, nenhum Deputado Estadual aceitou a condição para ser indicado sob a apreciação do Governador.

O PMDB não está à procura da Secretária da Saúde nem de qualquer outra. Cargos de confiança são escolhidos pelo Governador. Se achar que o PMDB é um partido que possa dar sustentação e que mereça os cargos, ele oferecerá. Jamais o PMDB baterá à porta do Palácio para pedir cargos. Se o meu Líder entender, temos é de colocar os cargos à disposição do Governo. Essas são as minhas palavras. Questionamos o "Estado de Minas" sobre o nome do Deputado que deu a entrevista, pois as informações não procedem. Hoje, perguntamos o nome ao "Luizinho". Obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes - Agradecemos a declaração do Deputado Dinis Pinheiro; entretanto, causou-nos estranheza a notícia publicada no jornal "Estado de Minas", dizendo que o PMDB estaria fazendo chantagem. Ora, senhores, primeiro, recebemos um convite do Líder Leonardo Moreira, que, acreditamos, tem, até o momento, autoridade suficiente para representar seus companheiros. Numa entrevista coletiva, em que a TV Assembléia participava, o Deputado Leonardo Moreira disse que tinha a assinatura de todos para que formasse, em nome do partido, um bloco com o PMDB. Legitimamente, para ocupar espaço nesta Casa, achamos que o bloco era visto com bons olhos. O Líder do PDT, Sebastião Helvécio, estava na coletiva e disse que consultaria seus pares.

Estranhamente, um companheiro do Deputado Leonardo Moreira disse que o PMDB está querendo alguma coisa, conforme publicado no jornal. O partido pode e poderá, a qualquer momento, formar blocos. O PMDB é tradicional e já ocupou, por várias vezes, a Presidência e outros cargos da Assembléia.

Quando o PMDB quer ocupar espaço, é chantagem. Quando os outros fazem o mesmo não é? Em momento algum, esse partido pediu ao Governador, a Secretários ou a qualquer Líder algum tipo de troca. Simplesmente, queríamos constituir um bloco para ocupar espaço nesta Casa, que acreditamos ser independente. A nosso ver, os que são eleitos para representar suas bancadas têm legitimidade para representá-las. Obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, não tenho nenhuma procuração para defender o jornal "Estado de Minas", mas, como sou jornalista e já cobri esta Casa antes de me tornar parlamentar, há 16 anos, percebo que pouca coisa mudou.

Vários colegas Deputados fazem a declaração e pedem que seja colocada em "off", e isso deve ser respeitado. Tenho a certeza de que o jornalista "Luizinho" tem suas fontes e a condição de conversar com a Liderança, mas depois de ter o consentimento do Deputado que deu a declaração. Tenho a certeza de que o "Luizinho", pelo profissional que é, chegará perto, primeiro, de quem deu a declaração e perguntará se pode divulgar a fonte. Ocorrendo isso, estou certo de que irá conversar com o companheiro Líder do PMDB. Do contrário, a fonte deve ser preservada. Vários companheiros que cobrem esta Casa têm toda a confiança deste parlamento e de cada um de nós. Têm essa confiança para resguardar. Existe, sim, muitas vezes. Mas a bancada é pequena e já conversamos. O "Luizinho" identificará e pedirá autorização a esse parlamentar. A fonte deve ser preservada; é um respeito e já é praxe desta Casa que várias coisas sejam colocadas em "off". Não tenho procuração para defender o companheiro Luiz Carlos do jornal "Estado de Minas", mas precisamos lembrar que há muito tempo já é uma prática desta Casa pedir o "off" nas suas falas.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estranha-me muito que o Deputado Alencar da Silveira Jr. faça esse pronunciamento. O que estamos questionando é que o jornal "Estado de Minas", jornal "Estado de Minas", jornal "Estado de Minas" - repito três vezes para não haver dúvida - colocou que o PMDB estava fazendo chantagem. Neste País, chantagem é crime. Queremos a apuração desse crime. Queremos que a Assembléia Legislativa apure o mais rapidamente as denúncias do jornal. Queremos saber se essa denúncia veio de fora, se veio do Palácio, se veio do jornalista ou do jornal "Estado de Minas", que está a serviço do Governo. O PMDB quer a apuração. Iremos ao Ministério Público e à justiça para saber qual Deputado do PMDB fez chantagem com o Governo ou com quem quer que seja. Qual a conversa que teve? Não podemos ficar calados diante de tanta injustiça que tem sido feita com o parlamento e com os Deputados. Apenas o jornal pode falar? Nós não podemos falar nada? Queremos apuração contra o "Estado de Minas". Queremos saber do Rafael Pedrosa, que apresentou a sugestão na sua matéria, do jornalista Luiz de Castro e do editor do jornal que fez aquela manchete covarde e sacana, principalmente com este Deputado que aqui está. Não tenho medo do "Estado de Minas". Podem vir do jeito que quiserem. Já me perseguiram quando era Presidente desta Casa, levantaram tudo sobre minha vida e continuam levantando. Não tenho medo, sou um homem que veio da época da ditadura, sofri, estive preso, e não é jornalista nem o "Estado de Minas" que vão me calar. O PMDB terá voz. E essa notícia, essa afirmação do jornal "Estado de Minas" precisa ser apurada por esta Casa. Já não podemos ficar agachados da forma como estamos. Se há dedo do Palácio da Liberdade, que seja apurado. Se há dedo de Secretário de Estado, que seja apurado. Se algum Deputado fez chantagem, que isso seja apurado, crucificando-o, se for o caso. O que não podemos é deixar que essas notícias levianas que o "Estado de Minas" insiste em fazer... Se é para amedrontar o PMDB, que tem tomado posições bem claras e definidas, não vamos nos calar. Se o Governo quiser, pode demitir todos os detentores de cargos do PMDB - já dissemos isso ao Governo. Isso não vai segurar o PMDB na sua postura de independência. Queremos ajudar o Governador Aécio Neves, queremos participar do Governo, mas não seremos omissos, nem, muito menos, submissos.

Portanto, Sr. Presidente, o PMDB exige que a Corregedoria desta Casa comece a apurar hoje mesmo as denúncias formuladas pelo jornal "Estado de Minas", a partir da auditoria de política do jornal e dos jornalistas que assinaram a matéria.

Iremos às últimas conseqüências na apuração das notícias veiculadas no jornal "Estado de Minas". Não podemos ficar agachados, à mercê de uma imprensa que sempre massacra este parlamento. Esses jornalistas se esquecem de que o parlamento é a base de sustentação do sistema de comunicação deste País. Se fecharem o parlamento, a imprensa será o próximo órgão a ser fechado. Nós damos sustentação à imprensa e somos massacrados por ela. Não sei por que isso ocorre, mas, como diz o Severino, pode ser por inveja, pois querem estar aqui. Isso precisa acabar. Queremos uma imprensa livre, que realmente expresse a verdade e que não venha com sacanagem, a serviço de um Governo para amedrontar quem quer que seja.

Sr. Presidente, volto a repetir: exigimos a imediata apuração dessas denúncias.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, serei breve. Em nome da minha bancada, comunico formalmente que o PMDB a partir deste momento iniciará um processo de obstrução até que o fato seja apurado. Os parlamentares do PMDB não se sentem à vontade de estar nesta Casa sendo chamados de chantagistas. Exigimos a imediata apuração dos fatos. Repito, iniciaremos um processo de obstrução. Obrigado.

O Deputado Gilberto Abramo - Obrigado, Sr. Presidente e Deputado Fábio Avelar. Serei breve. Deputado Adalcleber Lopes, imagino até que ponto a nossa denúncia será válida. Não é a primeira vez que o jornal "Estado de Minas" tem um comportamento desse tipo com o parlamento; no entanto, sabemos que há processos contra o jornal "Estado de Minas", e, até hoje, eles não foram julgados. Até quando o Judiciário deixará de tomar providências quanto às denúncias feitas contra o referido jornal? Será que essa denúncia não será mais uma a ficar engavetada?

Cobro do jornal "Estado de Minas" uma conduta ética e esclarecimentos e cobro também do Judiciário providências em relação ao jornal. Obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão - Obrigado, Deputado Fábio Avelar, pela paciência e pelo companheirismo com os colegas do PMDB.

Sr. Presidente, apresento minha moção de repúdio. Acredito que o jornalista não foi feliz na sua matéria. Como bem disse o Deputado Antônio Júlio, extorsão e ameaça são crimes. Esclareço que essa atitude não partiu de mim, que sou Deputado pelo PMDB, nem do Deputado Ivair Nogueira, nem do Deputado Antônio Júlio.

Admira-me muito o anunciado na reportagem, dizerem que o PMDB quer extorquir o Governo, obrigá-lo a dar-lhe cargos em troca de apoio. Se verificarmos, veremos que o PMDB tem sido fiel escudeiro do Governador Aécio Neves. A nossa bancada é a mais unida nesta Casa, mais até que o Bloco PT-PCdoB, que se diz de oposição ao Governo Aécio Neves.

A Bancada do PMDB é unida e discute todos os assuntos, reconstruindo a sua história no parlamento mineiro e em todo o Brasil. Provavelmente este é o medo de muitos parlamentares desta Casa e de membros do Governo: ter o PMDB coeso. É uma mentira, uma infelicidade, dizer que o PMDB quer extorquir, dar e receber; porém essa reportagem mostrou também, Sr. Presidente - e vou discutir esta questão aqui -, que quem saiu ganhando foi o PDT. Quem saiu ganhando foi o Presidente do PDT, que, na mesma hora, foi convidado para assumir a Secretaria de Estado. Por que isso? Será que o toma-lá-dá-cá vigora nesta Casa e no Estado de Minas Gerais? Como bem já disseram meus companheiros, o PMDB é base de Governo, mas não tem medo de entregar os empregos que recebeu. O PMDB apóia, acredita no Governador Aécio Neves. Acreditamos em sua liderança, em sua juventude; acreditamos que, sabiamente, o Governador calçará a sandália da humildade. Dessa forma, ajudará este parlamento a esclarecer esse equívoco cometido pelo jornal "Estado de Minas". Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Dinis Pinheiro - Na ausência do Líder da Bancada do PL, sinto-me na obrigação de fazer alguns esclarecimentos. Ao testemunhar o espírito participativo, guerreiro e solidário do PMDB, passo a admirar ainda mais essa exemplar bancada da Assembléia Legislativa, que muito tem contribuído para o engrandecimento de Minas Gerais.

Aproveito o ensejo para dizer aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que o Deputado Leonardo Moreira, líder da nossa bancada, jovem, aguerrido, extremamente articulado, tem todas as prerrogativas para exercer, com brilhantismo, a liderança do nosso partido. E assim tem sido durante todos esses meses. Logicamente, tem a procuração para formalizar e integrar bloco A, B, C ou D. Porém, independentemente disso, qualquer parlamentar do PL, no exercício de suas prerrogativas, tem a liberdade de externar sua opinião. Assim o fiz, respeitando a condução do processo exercida pelo Deputado Leonardo Moreira, mas assinalando minha opinião.

Ontem, surpreendi-me quando observei a matéria veiculada pelo jornal "Estado de Minas", que também trazia a foto do Deputado Ivair Nogueira. Aquela reportagem deixava transparecer, de forma bastante evidente, que o PL posicionava-se como obstáculo, dificuldade para o Governo de Minas Gerais. Tenho certeza de que esse não é o propósito do PMDB e do PL, porque essas bancadas muito têm contribuído para o futuro de Minas e das próximas gerações. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, tendo em vista algumas falas que me antecederam, especialmente a do Deputado Leonardo Quintão, quando se referiu à sandália da humildade, não poderia deixar de fazer algumas correções. Não sei de onde surgiu essa sandália da humildade. Não temos tempo para assistir aos programas de televisão, mas deve ter surgido de algum deles. Todo mundo está falando dessa tal sandália da humildade.

Entendo que o comportamento da Bancada do PMDB está correto, quando exige uma apuração, já que se sentiu ofendida. Para tanto, conta com todo o meu respeito, apoio e admiração. É isso mesmo: o que está obscuro tem de vir à luz, tem de ser apurado.

Ouvi insinuações de que poderia ser do Governo. Começamos a avançar num prejulgamento, e ninguém tem autoridade para prejulgar. Se nós, eles mesmos e a Bancada do PMDB corretamente estamos dizendo que tudo precisa ser apurado, ninguém está autorizado a dizer que se trata disso ou daquilo antes da apuração. Do contrário, estaremos cometendo o mesmo erro daquele de quem estamos tentando nos defender.

O Governador Aécio Neves está governando o Estado de Minas Gerais, e precisa tratar de assuntos mais sérios que picuinhas e coisas menores. Se, após a apuração, recair responsabilidade sobre "a", "b" ou "c" do Governo, claro que o fato terá de ser trazido a público e as responsabilidades apuradas. No entanto, ninguém está autorizado, "a priori", a fazer o julgamento, muito menos a dizer que o Governador Aécio Neves terá de calçar as sandálias da humildade e ajudar-nos na apuração. Caso se trate de fato que envolva uma bancada do parlamento mineiro, que tem os instrumentos para fazer a apuração, pedir o apoio do Governador, dizendo-lhe que tem de calçar as sandálias da humildade, é reconhecer que não somos capazes de fazer essa apuração ou que não temos mecanismos para isso. Vamos precisar de favores? Devemos ser coerentes no discurso. Se se sentiu ofendido, se houve calúnia, exigir apuração é o caminho correto. No entanto, estabelecer qualquer prejulgamento ou insinuações não está certo, pois ninguém está autorizado a fazer insinuações antes da apuração dos fatos. Não há nenhuma evidência sobre o que se está insinuando.

Gostaria de fazer esse reparo e dizer que considero legítima a postura do PMDB, como seria legítima a postura de qualquer outro. O toma-lá-dá-cá também não é verdadeiro. Sabemos da quantidade de partidos existentes neste País. Quando é feito convite a um partido para que apoie um Governo é o mesmo que dizer que queremos que governe conosco, que uma parcela do poder seja distribuída ao seu partido; é dizer que nos ajudem a governar e nos ofereçam nomes. Essa é a postura madura que se estabelece numa democracia. Não existe toma-lá-dá-cá, mas uma relação respeitosa de pedido de contribuição, razão por que recebemos Secretarias, cargos, etc., para governar com. Não basta vir ao Plenário fazer defesa. Não existe o toma-lá-dá-cá, mas negociações políticas maduras e sérias. No processo democrático, é muito importante que ocupemos nossos espaços, mas também é importante que cada um de nós saiba se portar respeitosamente para com os pares desta Casa, os poderes e as pessoas que ocupam uma parcela do poder deste Estado. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Leonardo Quintão.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, muito obrigado. Faço coro com as palavras do Deputado Miguel Martini. Calço as sandálias da humildade todos os dias.

O Deputado que me antecedeu também deveria calçar a sandália da humildade e rever as suas palavras. Uma das primeiras palavras que o

Governador Aécio Neves proferiu ao assumir o Governo, foi "humildade". Recentemente, S. Exa. também recomendou ao PT que calçasse a sandália da humildade. O homem de bem, temente à Deus e de família, antes de sair de sua casa, calça a sandália da humildade. Faz isso para poder tratar o cidadão de bem, sua família e o cidadão humilde com justiça.

Não retiro o que disse aqui. Tenho certeza de que o Governador Aécio Neves também pedirá ao Deputado Miguel Martini para retirar as suas palavras e calçar a sandália da humildade todos os dias. Isso porque S. Exa. é um homem justo, de bem e de visão.

Sr. Presidente, o PMDB sentiu-se magoado, e obstruiremos os trabalhos da Casa até que esse processo seja resolvido. Digo novamente que todos devemos calçar a sandália da humildade, que engrandece o homem e o ensina a ser feliz e cidadão.

Recomendo, sim, a sandália da humildade ao nobre Deputado Miguel Martini. Todas as vezes que o PMDB manifesta-se a respeito do Governador Aécio Neves, traz nossa palavra de companheiros, de apoio e de mudança. É isso que o PMDB quer. Contribuiremos para Minas Gerais. Peço ao Deputado Miguel Martini que calce a sandália da humildade e se una a nós nessa batalha. Juntos poderemos caminhar e libertar esse parlamento de forças superiores. Com o Governo poderemos levar Minas ao desenvolvimento.

Ao tomar as nossas decisões, devemos calçar as sandálias da humildade. O parlamentar é um homem público e não apenas um cidadão. As suas ações aqui no Estado afetam cerca de 17 milhões de pessoas. Quem sabe, Sr. Presidente, alguém do Governo tenha-se sentido ofendido quando se falou sobre a Secretaria de Saúde.

Quero realçar o brilhante trabalho que o Secretário Marcus Pestana tem realizado na Secretaria de Saúde, onde desenvolve uma ação pioneira de levar a saúde ao interior e a todos os rincões de Minas. O PMDB apóia o seu trabalho, o trabalho dos demais Secretários e deseja também o bem para o grande líder Governador.

O Deputado Leonardo Moreira - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Leonardo Moreira.

O Deputado Leonardo Moreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, hoje pela manhã fomos surpreendidos por uma notícia que circulou em um jornal de grande publicidade em todo o Estado. A matéria em dado momento poderia sugerir que estivesse havendo algum tipo de chantagem na Casa. Nós, do Partido Liberal, ficamos surpresos ao tomarmos conhecimento dessa notícia. Deputado Leonardo Quintão, ao ouvir agora o pronunciamento dos amigos parlamentares do PMDB, devemos também mostrar a nossa indignação com essa notícia que envolve essas duas siglas, principalmente quando, em conversa com o PDT, nós, que sempre fomos incondicionalmente partidos da base aliada desse que é o melhor Governador que Minas Gerais teve em toda a sua história: o Governador Aécio Neves.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, buscamos entendimento entre o PL, o PMDB e o PDT com siglas, e por que não perguntando se somos partidos da base aliada? Por que não podemos ampliar nossos espaços nesta Casa e coordenar nossos trabalhos para que prestemos um serviço de maior utilidade ao grande Governador Aécio Neves?

Foi grande a nossa surpresa ao vermos um parlamentar querido com um título nada agradável nessa reportagem. Nessa missão, que me foi confiada mais uma vez pelos membros do PL, gostaria de dizer que esse partido, assim como dito pelo PMDB, fará obstrução até que esse desrespeito com os parlamentares amigos pertencentes a essa sigla, que tanto tem trabalhado pelo desenvolvimento e pela prosperidade do nosso Estado, esteja esclarecido. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Novamente sou obrigado a usar a tribuna para fazer algumas correções. Em meu discurso, ficou claro que não contestava se é, se deve ser, se foi humilde ou se deve ou não ser humilde. O sofisma aí é enganador. Tentei dizer que o Governador tinha alguma coisa a ver com isso. Essa foi a minha contestação. "A priori", não se pode acusar, muito menos insinuar.

A humildade deve ser observada, espelhada e reconhecida por meio de nossos atos. Fala-se muito, mas nem sempre se vive. Mais importante que falar de humildade é viver a humildade. Quando alguém se sente no direito de dizer quem é humilde e quem não é, ou até mesmo de aconselhar que seja humilde, talvez precise rever seu conceito de humildade. Prova disso é que devemos considerar os outros mais dignos de honra que a nós mesmos.

Quando eu digo que o outro deve fazer, é porque o outro não é ou não faz. Nesse caso, coloco-me como juiz. O juiz, que, nesse caso, não está autorizado, não reflete a humildade. Precisamos pensar bem nos conceitos que temos e, até mesmo por questão de humildade, revê-los. Diria mais: a humildade é desejável. Devemos fazer um esforço para ser humildes, e não apenas falar de humildade. Obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, caro Deputado Fábio Avelar, a quem essa discussão tanto prejudicou e a quem teremos o prazer de ouvir. Retornando a esta Casa, eram minha intenção e minha decisão só fazer uso da palavra após inscrever-me, após perfazer minhas análises, com observação mais próxima do quadro político atual, do qual andei afastado nos últimos dois anos. Mas não posso deixar de me manifestar a respeito do assunto que trouxe hoje, ao microfone, praticamente todos os Deputados da Bancada do PMDB, da qual faço parte.

Sr. Presidente, observei a atuação aguerrida da Bancada do PMDB neste início de sessão e acompanhei o transcorrer dos fatos aqui na Assembléia, e quero dizer a V. Exa. que concordo totalmente com a decisão do nosso líder, anunciada aqui, de o partido fazer obstrução aberta, pública e oficialmente, até que esta Casa apure essa grave acusação, feita de forma generalizada a todos os integrantes da bancada. Toda acusação generalizada costuma ser inconseqüente. Mais do que isso, injusta.

Se foi dito aqui que o Governador tem coisas mais importantes para cuidar, eu, pequeno e humilde que sou, não tenho coisa mais importante a fazer neste momento do que cuidar da minha reputação, do meu nome e do nome da minha família, além de dar satisfação aos meus eleitores, já que fui atingido também, pela generalização da matéria, pela suspeição de chantagista. Isso nos impede de votar, Sr. Presidente. Se matéria de interesse do Governo entra em votação, e o PMDB vota a seu favor, é porque levou um "cala boca". Se votar contra, é porque está

chantageando. Portanto, enquanto essa matéria não estiver definitivamente aclarada, e não tiver sido concluída uma apuração rigorosa, cujos resultados também tenham sido tornados públicos, não há qualquer conforto ou tranquilidade para o exercício da principal tarefa de um legislador, que é o voto neste Plenário. Assim sendo, solidarizo-me integralmente com a decisão de colocar a bancada e o partido em obstrução. Agradeço a solidariedade manifestada pela liderança do PL em também postar o partido em oposição a essa suspeição generalizada que foi lançada sobre um partido importante neste País. Na oportunidade, conclamo todas as lideranças e todos os partidos situacionistas ou opositoristas, em solidariedade à reputação pessoal de cada um de nós, a posicionarem-se em obstrução, até que essa apuração seja absolutamente esgotada e não pare suspeição injusta sob qualquer um de nós. Se de fato houver entre nós algum chantagista - e espero que não haja -, que seja punido na forma da lei, que seja aberta comissão processante contra ele e, até, que o seu mandato seja cassado. Mas não posso aceitar, em nome da minha trajetória pessoal, da minha vida política e da trajetória da minha família, ficar permanentemente sob suspeição. Não admito isso e participarei, com o maior dos meus esforços, desse processo de obstrução. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Leonardo Quintão.

O Deputado Leonardo Quintão - Obrigado, Sr. Presidente. Irei me restringir a poucas palavras e dizer ao nobre Deputado Miguel Martini que humildade é bom todo o tempo. A palavra de Deus também nos diz que os humildes serão exaltados. Quem é o homem para se considerar humilde? Quem é o homem para se considerar sábio? E quem é o homem também para se considerar desprezado? O Governador Aécio Neves dá atenção a cada um de seus soldados aqui nesta Casa. Ele tem, sim, outras coisas a fazer, que é governar Minas.

Todas as vezes que um parlamentar do PMDB requisitou uma audiência ou um conselho, o Governador Aécio Neves os concedeu. Todas as vezes que o PMDB requisitou audiência com o Dr. Danilo de Castro, foi bem recebido e acolhido. O Governo de Minas é atencioso com o PMDB. Em nome do Governador Aécio Neves, digo que o Governo de Minas precisa fazer outras coisas. Porém nos ajudará a solucionar esse processo, pois somos parlamentares da base do Governo.

Mais uma vez, indago ao nobre companheiro Miguel Martini quem somos - eu, ele, o Governador Aécio Neves e o Presidente Lula - para não calçar a sandália da humildade, quando este sai de casa para governar 170 milhões de brasileiros, e aquele para governar 17 milhões de mineiros. Quem sou para considerar-me humilde? Sou um homem temente a Deus. Todas as manhãs e todas as noites, peço a Deus para pôr simplicidade no meu coração e ensinar-me a ser humilde, justo e bom pai de família.

Sr. Presidente, sempre virei a este microfone aconselhar quem quer que seja - minha família, um bom amigo, um colega Deputado ou os Srs. Secretário, Governador e Presidente - a calçar a sandália da humildade antes de sair de casa. Com humildade, simplicidade e, principalmente, com temor a Deus, o Governo dará certo.

Mais uma vez, venho a este microfone indagar ao nobre Deputado Miguel Martini se diz as expressões "ser humilde" ou "não ser humilde" a mim, jovem Deputado Leonardo Quintão, no seu primeiro mandato, ou a um colega do PMDB ou de outros partidos. Gostaria de esclarecer isso, porque humildade cabe a qualquer tempo. Sou um homem que tem humildade de pedir perdão quando erro; sou um homem que tem humildade de aprender com os erros pessoais e com o próximo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Foi positivo caminhar na discussão, porque as coisas foram sendo recolocadas nos seus devidos lugares. Ficou muito claro que não há suspeição sobre o Governador Aécio Neves. Em primeiro lugar, solicita-se que o Governador ajude a bancada em questão a esclarecer. Isso é positivo. Como foi dito, o Governador tem se mostrado muito solidário com todos os mineiros e os parlamentares.

Em segundo lugar, posso sugerir, mas não indicar quem precisa ou não de humildade. Sugerir humildade é um conselho evangélico. Não posso dizer quem é ou não humilde. Não tenho condições para isso. A própria palavra de Deus diz que olhamos a aparência, e Deus, o coração.

O Deputado que me antecedeu já deve ter lido o Salmo 62, que diz que todos os homens, toda a terra, pesam diante de Deus como o vento. Se mais de 6 bilhões de pessoas diante de Deus são como o vento, imaginem quem sou eu ou quem somos nós.

A sabedoria dirá que todos, todas as nações, diante de Deus, são um grão de areia. Se uma nação como o Brasil é um grão de areia, imaginem quem sou eu.

O que disse, e volto a repetir, é que, mais do que falar de humildade, é preciso esforçar-se para ser humilde.

Estou contente, pois, afinal, foi esclarecedor o debate. Está claro que se está pedindo ajuda. Trata-se, então, de outra coisa, e não do sofisma inicial. Muito obrigado.

O Deputado Dilzon Melo - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Dilzon Melo.

O Deputado Dilzon Melo - Em sendo do nosso partido, o PTB, queríamos usar este momento também, embora o nosso partido não esteja inserido nesta discussão, para manifestar a nossa solidariedade aos nobres companheiros do PMDB e do PL.

A finalidade para a qual estamos na Assembléia não é chantagear. Cada Deputado tem aqui o seu compromisso de trabalhar para o povo mineiro da melhor maneira possível. Não seria essa forma, essa pretensa chantagem que daríamos como resposta aos nossos eleitores.

O PTB se solidariza com o PMDB e o PL, porque, se esta Casa não valorizar as suas atitudes, não dizer o basta que lhe compete na hora certa, daqui a pouco de nada valerá a ação dos parlamentares em defesa da democracia, da austeridade, da honestidade e dos propósitos pelos quais viemos a esta Casa.

Sabemos que, por parte do Governo, nada disso foi aventado, veiculado e nem sequer pensado. Sabemos do respeito que o Governador Aécio Neves tem para com a Assembléia Legislativa e para com cada um dos Deputados que a compõem. Sabemos, também, que o Governo reconhece a autonomia deste poder e que, de forma harmônica, precisa de todos nós para o engrandecer Minas Gerais.

Então, embora não inseridos nesse contexto, não poderíamos aceitar, passivamente, a pecha de chantagistas, que hoje aflige o PL e o PMDB. Amanhã poderá ocorrer com o PTB, com o PSDB, com o PDT, com o PFL ou com outros partidos que determinam o ecletismo desta Casa.

Então, companheiros, contem com o PTB para que não só as coisas sejam esclarecidas de fato, mas também para que o andamento desta Casa seja ditado por essas normas, para que estejamos cômicos de nossa responsabilidade, sem receber a tutela que, muitas vezes, pode vir de fora. Não menciono o Palácio da Liberdade, mas outras tutelas, pois o Deputado não está sujeito a elas, mas sim a sua consciência, ao seu procedimento, ao seu passado, a sua forma de trabalhar, ao seu berço e à maneira como chegou a esta Casa.

Então, o PTB é solidário com o PMDB e com o PL, como também o é com o Governador Aécio Neves, que tem demonstrado, desde o primeiro dia, que a transparência faz parte do seu Governo, que todas as suas ações são públicas e nenhuma negociata foi feita, em particular, com qualquer partido que seja, pois S. Exa. tem agido de forma transparente, aberta, em prol do povo mineiro.

O nosso partido solidariza-se com a verdade e com a clareza dos fatos, por isso mencionamos que acreditamos no PL e no PMDB. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Fábio Avelar - Gostaria de agradecer as palavras do colega Deputado Dilzon Melo, que expôs de maneira bastante clara a posição do nosso PTB, que não poderia ser diferente da posição dos colegas que o antecederam. Queremos que esse fato seja apurado com a maior brevidade possível para que não paire nenhuma dúvida sobre nossa atuação como Deputados e sobre a atuação do Governador Aécio Neves. Conhecemos sua integridade e sabemos que jamais faria qualquer interferência ou tipo de pressão sobre este parlamento, já tendo vivido a experiência de ser um competente parlamentar. Não poderíamos deixar de manifestar solidariedade aos nossos colegas parlamentares do PMDB e do PL, torcendo para que esse fato seja esclarecido com a maior brevidade possível.

Sr. Presidente, temos outro assunto de mais alta relevância, o qual já tivemos a oportunidade de trazer a esta Casa por várias vezes, mas que vem tendo seqüência sem um maior envolvimento da sociedade de uma maneira geral. Refiro-me ao projeto, totalmente equivocado, da transposição das águas do rio São Francisco. Se o senhor permitir, gostaria de trazer esse assunto à tona na próxima terça-feira, quando, com certeza, teremos a oportunidade de uma maior participação dos colegas Deputados. Obrigado.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Pelo BPS: efetivos - Deputada Maria Olívia e Deputado Luiz Humberto Carneiro; suplentes - Deputado Olinto Godinho e Deputado Domingos Sávio; pelo Bloco PT-PCdoB: efetivo - Deputado Adelmo Carneiro Leão; suplente - Deputado Durval Ângelo; pelo PL: efetivo - Deputado Dinis Pinheiro; suplente - Deputado Leonardo Moreira; e pelo PMDB: efetivo - Deputado Gilberto Abramo; suplente - Deputado Chico Rafael. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 16.307, originada do Projeto de Lei nº 931/2003; 16.359, originada do Projeto de Lei nº 1.484/2004; 16.363, originada do Projeto de Lei nº 1.651/2004. Pelo Bloco PT-PCdoB: efetivo - Deputado Edson Rezende; suplente - Deputado Ricardo Duarte; pelo PSDB: efetiva - Deputada Lúcia Pacífico; suplente - Deputado Olinto Godinho; pelo PL: efetivo - Deputado Leonardo Moreira; suplente - Deputado Márcio Passos; pelo PMDB: efetivo - Deputado Leonardo Quintão; suplente - Deputado Ivair Nogueira; e pelo PP: efetivo - Deputado Dimas Fabiano; suplente - Deputado Paulo Piau. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 16.317, originada do Projeto de Lei nº 43/2003; e 16.334, originada do Projeto de Lei nº 311/2003; e sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 16.349 originada do Projeto de Lei nº 605/2003; 16.350, originada do Projeto de Lei nº 625/2003; 16.362, originada do Projeto de Lei nº 1.573/2004. Pelo Bloco PT-PCdoB: efetivo - Deputado Laudelino Augusto; suplente - Deputado Biel Rocha; pelo PSDB: efetivo - Deputada Ana Maria Resende; suplente - Deputado Domingos Sávio; pelo PL: efetivo - Deputado George Hilton; suplente - Deputado Antônio Genaro; pelo PFL: efetivo - Deputado Gustavo Corrêa; suplente - Deputado Paulo Cesar; e pelo PDT: efetivo - Deputado Carlos Pimenta; suplente - Deputado Sargento Rodrigues. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 16.369, originada do Projeto de Lei nº 1.083/2003; 16.374, originada do Projeto de Lei nº 1.892/2004. Pelo Bloco PT-PCdoB: efetivo - Deputada Elisa Costa; suplente - Deputada Jô Moraes; pelo PSDB: efetivo - Deputado Ermano Batista; suplente - Deputado Fahim Sawan; pelo PL: efetivo - Deputado Dinis Pinheiro; suplente - Deputado Jayro Lessa; pelo PMDB: efetivo - Deputado Adalclever Lopes; suplente - Deputado Antônio Júlio; e pelo PTB: efetivo - Deputado Arlen Santiago; suplente - Deputado Leonídio Bouças. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 90, originada do Projeto de Lei Complementar nº 54/2004; sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.308, originada do Projeto de Lei nº 1.139/2003 e sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.368, originada do Projeto de Lei nº 1.981/2004. Pelo Bloco PT-PCdoB: efetivo - Deputado Ricardo Duarte; suplente - Deputado Carlos Gomes; pelo PSDB: efetivo - Deputado Dalmo Ribeiro Silva; suplente - Deputado Luiz Humberto Carneiro; pelo PL: efetivo - Deputado Roberto Ramos; suplente - Deputado João Bittar; pelo PMDB: efetivo - Deputado Antônio Júlio; suplente - Deputado Leonardo Quintão; pelo PP: efetivo - Deputado Paulo Piau; suplente - Deputado Dimas Fabiano. Designo. Às Comissões.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, verificando que não há número suficiente de Deputados em Plenário, solicito a V. Exa. o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 25, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA EM 25/2/2005

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Sebastião Costa.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 28, às 20 horas.

ATA DA 22ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 7/12/2004

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Laudelino Augusto e Sidinho do Ferrotaco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Laudelino Augusto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a importância social e a viabilidade econômica do uso do rio São Francisco, no território mineiro, prioritariamente, como hidrovia para o transporte de cargas; e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. José Elcio Santos Montese, Diretor-Geral do DER-MG, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 3/12/2004; fax dos Srs. Wilson Wolter Filho, Assessor Especial do Ministro dos Transportes, e Bruno Lage de Araújo Paulino, Chefe de Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico, justificando a ausência dessas autoridades nesta reunião e indicando seus representantes; e Marcelo Bahia Odebrecht, Diretor da Construtora Odebrecht, justificando o seu não-comparecimento a visita realizada pela Comissão à Usina de Irapé e indicando o Sr. Saías Amâncio de Sousa para representá-lo no evento. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.640, 3.671, 3.672, 3.676, 3.736, 3.740, 3.741, 3.734 e 3.750/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Laudelino Augusto, em que pede sejam solicitadas ao Secretário de Transportes e Obras Públicas, em caráter emergencial, providências para a reforma e recuperação da MG-158, especialmente no trecho compreendido entre o Município de Capivari e a divisa com o Estado de São Paulo; e Célio Moreira, em que solicita seja convidado o Ministro dos Transportes para fazer explanação sobre os investimentos e ações desse Ministério previstas para o ano de 2005 no Estado; e seja feita visita ao Presidente da Cia. Vale do Rio Doce, com a finalidade de tratar assuntos referentes a logística de transporte, especialmente no que diz respeito ao transporte ferroviário no Estado. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto objeto da reunião. Registra-se a presença dos Srs. Décio Teixeira da Costa Nazareth, Diretor de Transportes da Secretaria de Transportes e Obras Públicas; Antônio Souza Filho e André Eduardo da Costa, respectivamente, Diretor Administrativo e Diretor Comercial e Operacional da FRANAVE; Fernando de Castro Santos, Superintendente Regional da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB -; Sebastião José Marques de Oliveira, Superintendente Administrativo da AHSFRA, e Capitão-de-Corveta Marcelo de Sá Bittencourt e Câmara, da Capitania Fluvial do São Francisco, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Laudelino Augusto, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2005.

Célio Moreira, Presidente - Gilberto Abramo - Dimas Fabiano.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/2/2005

O Deputado Carlos Gomes* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos e cidadãs mineiras, boa tarde. Neste momento histórico, ao manifestar-me pela primeira vez nesta tribuna, expresse minha alegria e emoção de iniciar meu mandato de Deputado Estadual na certeza de, juntamente com os Deputados, prestar serviços relevantes à comunidade.

Parabenizo os Deputados recém-empossados: Edson Rezende, Elisa Costa, Alencar da Silveira Jr., Gustavo Corrêa, Jésus Lima, Sávio Souza Cruz e Sebastião Costa. Que todos possamos contribuir para o melhor funcionamento desta Casa no atendimento às demandas da sociedade e na fiscalização das ações do Executivo Estadual.

Saliento o modo cordial como fomos recebidos pelos servidores desta Casa e parabenizo-os pelo alto grau de profissionalismo, pois, desde a nossa chegada, percebemos que podemos contar com sua ajuda para o bom desempenho de nossas funções parlamentares. Colocamos nosso mandato à disposição de todos.

Com carinho e respeito por todos os que trabalharam para que pudéssemos estar aqui, agradeço e reafirmo publicamente os compromissos que assumimos em toda essa caminhada, sobretudo na campanha de 2002. Lutamos durante toda a campanha em prol desses compromissos e

agora teremos a oportunidade de colocá-los em prática. Todos eles serão rigorosamente cumpridos por nós ao longo do mandato.

Lembramos com carinho a peregrinação que fizemos por diversas regiões e cidades do nosso Estado, como a RMBH, destacando-se Belo Horizonte, Nova Lima, Contagem, Betim, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Sabará e outras de igual importância. Citamos ainda a Zona da Mata, em especial as cidades de Jequeri, minha cidade natal, Ponte Nova, de grande importância na região Campo das Vertentes, onde destacamos São João Del-Rei e Bom Sucesso, e o ainda nosso querido vale do Jequitinhonha, vale do Mucuri e o Norte de Minas.

Mesmo durante o período de suplência, mantivemos nosso trabalho junto às comunidades dessas cidades e regiões mencionadas e empenhamos esforços pela manutenção constante de relações de apoio a todos os que necessitam, demonstrando claramente que nossa atuação e presença não se limitam a visitas esporádicas, mas constituem instrumento de construção política permanente.

Quero também me dirigir à população de Belo Horizonte pela acolhida que tive nesta cidade, à qual, tenho a certeza, retribuí com os melhores e maiores gestos de dedicação e carinho. Como militante dos movimentos sociais, das pastorais da Igreja Católica - em especial a Pastoral da Mulher Marginalizada -, dos setores sociais de combate ao racismo, da terceira idade, da juventude e dos microempresários e pequenos empresários, estaremos atentos a sua realidade. Juntos, sugeriremos ações que contribuam para o avanço das lutas propostas.

Como professor da PUC Minas, guardo as melhores recordações dos alunos, professores, funcionários e dirigentes; em especial, dos funcionários da SUDECAP e da Prefeitura, onde atuei nos últimos anos, desde 1993, quando se iniciou o governo democrático popular de Belo Horizonte, tendo como Prefeito o amigo e companheiro Patrus Ananias, cuja gestão e inovação em políticas públicas esta cidade jamais esquecerá.

No Governo do amigo Dr. Célio de Castro, pude servir a esta cidade na Secretaria Municipal de Cultura e na Secretaria Administrativa e Financeira da Política Urbana e Ambiental, participando da continuação do projeto do governo da Frente BH Popular. Lembro-me com grande carinho do Dr. Célio de Castro e peço a Deus que lhe dê forças para superar os problemas de saúde que enfrenta e voltar ao nosso convívio.

No Governo do amigo e companheiro Fernando Pimentel, responsável pelo saneamento financeiro da PBH, que propiciou a oportunidade de maiores investimentos em políticas sociais, participei, como Secretário Adjunto de Governo, com dedicação e atenção prioritária à implementação de políticas públicas inclusivas e de participação popular, em que sempre contei com o apoio de todos. Ainda na Secretaria Municipal de Governo, tive a oportunidade de atuar na solução de questões urbanas, mas sob o prisma metropolitano, haja vista a necessidade de uma abordagem que ultrapassa, assim como os desafios postos, os limites do município de Belo Horizonte.

Queremos reafirmar que investiremos em todas as ações a que nos propusemos durante nossa campanha.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Agradeço o aparte e parabênzo V. Exa. É com grande alegria que o recebemos aqui nesta Casa como Deputado. Esta Assembléia se engrandeceu com a sua chegada. Já tomamos conhecimento de sua competência e inteligência e temos a certeza de que Minas Gerais ganhará muito com o seu trabalho, com a sua desenvoltura e com a sua capacidade de trabalhar e de articular. Em nome do PFL, damos as boas-vindas a V. Exa. e desejamos muito êxito no seu mandato.

O Deputado Carlos Gomes* - Obrigado, Deputado Doutor Viana.

Como disse, nenhuma dessas ações foram praticadas sem a mais ampla participação dos que lutaram para estivessemos aqui hoje. Realizaremos um mandato com a mais ampla participação cidadã. A todos e a todas que acreditaram nas possibilidades de transformação social por meio do nosso mandato, queremos dizer que atuaremos comprometidos com os movimentos sociais e em conjunto com a Bancada do PT.

Concedo aparte ao Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Carlos Gomes, em nome do Bloco PT-PCdoB, cumprimento V. Exa. Acompanhei boa parte de sua trajetória, especialmente durante os anos em que exerceu relevantes funções, prestando dignos serviços públicos à população de Belo Horizonte na Prefeitura Municipal e nos sucessivos governos democráticos populares que, felizmente, ocorrem em nossa Capital. A população de Belo Horizonte sempre fez a escolha correta e esteve no rumo certo, valorizando as políticas públicas democráticas e sociais. Este ano, exercendo a liderança... É uma grande honra estarmos juntos novamente nesse cotidiano convívio. Desejo-lhe muito êxito, muita energia e muita luz divina para que, como sempre, corresponda nesta Casa aos anseios dos milhares de eleitores. V. Exa. obteve expressiva votação na nossa Capital.

Que Deus ilumine os seus trabalhos e os da sua equipe e os do conjunto de apoiadores. Certamente, a Assembléia Legislativa ganha muito com a sua chegada ao Poder Legislativo. Parabéns, amigo Carlos Gomes. Conte conosco para que compartilhem não somente os momentos de dificuldades, mas também os de construção do projeto coletivo de Minas Gerais, do Brasil e do nosso PT.

O Deputado Carlos Gomes * - Deputado André Quintão, muito obrigado. É um prazer tê-lo como Líder da nossa bancada. Desejo que realize o melhor trabalho. Estaremos juntos nessa luta.

Conforme disse, a responsabilidade é muito grande nesta Casa em meio à alegria e à emoção. Participei da fundação do PT. No dia 10 de fevereiro, completamos 25 anos. Eu e o Deputado Edson Rezende fomos suplentes durante dois anos; portanto, a nossa expectativa aumentou. Chegamos a esta Casa com um grande compromisso. Desejamos resgatá-lo e trabalhar em conjunto não somente com a bancada do meu partido, mas também em sintonia com a Casa, os Deputados, os funcionários e a assessoria, prestando o melhor serviço ao Estado. Esse é o nosso propósito.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Deputado Carlos Gomes, parabênzo-o pela chegada a esta Casa. Quem passou pela Prefeitura de Belo Horizonte poderá contribuir bastante. É importante que a Assembléia possua alguém com experiência no Executivo. A sua chegada acrescenta e enriquece os projetos e os debates desta Casa.

Prezado Deputado Carlos Gomes, aproveito a oportunidade para mostrar a nossa preocupação. Ontem, no "Estado de Minas", saiu publicada uma matéria referente ao IPSEMG. Essa matéria nos preocupa principalmente porque se refere à saúde dos servidores do interior. A matéria fala sobre a espera nas filas no interior e dos sistemas de cota mensal para consulta, exames e especialistas adotados pelo IPSEMG e não se refere à questão do acesso democrático e da universalidade defendida pelo SUS: a que todos os servidores deveriam ter acesso universal e igualitário. Isso nos preocupa muito porque os servidores do Estado são o time, a equipe e o grupo que promove, por meio do seu trabalho, a qualificação do serviço do Estado. Nada é mais importante que um serviço de saúde adequado para que tenham melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

Lembro que, na legislatura passada, defendemos várias vezes um Instituto que pudesse dar assistência adequada aos seus servidores. Houve

uma melhoria, de certa forma, na qualidade dos serviços.

Preocupa-nos, agora, a questão dos servidores do IPSEMG, que são os que garantem o serviço de saúde no Estado de Minas Gerais.

Aproveito este momento para dizer, meu prezado amigo Carlos Gomes, que solicitaremos uma audiência pública da Comissão de Saúde ou de Administração para promovermos a discussão do problema da atenção à saúde para os servidores do Estado de Minas Gerais.

Assim como estamos discutindo a assistência à saúde dos servidores desta Casa, também temos que olhar para os outros servidores do Estado de Minas Gerais, que são quem leva ao Estado os bons serviços prestados. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Gomes * - Muito obrigado, Deputado Edson Rezende.

Reafirmo, mais uma vez, a alegria de aqui estar e, ao mesmo tempo, sei o peso da responsabilidade de ocupar esse cargo.

Tivemos a experiência de atuação no Executivo. Tive uma alegria muito grande de participar do Governo vitorioso de Patrus Ananias, a partir de 1993; posteriormente, no Governo do nosso querido Célio, o "Doutor Beagá". Na seqüência, tivemos uma trajetória da melhor qualidade ao lado do Prefeito e amigo Fernando Pimentel. Portanto, trago, além da experiência nos movimentos sociais, a experiência de participar do Poder Executivo. O meu desejo é que essa experiência, mesmo sabendo que o Legislativo é bem diferente, seja aproveitada aqui nesta Casa. Lutaremos para que nossa passagem pelo Executivo seja útil à nossa caminhada nesta Casa. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Jésus Lima * - Boa-tarde. Boa-tarde, Presidente, Deputado Rêmoló Aloise. Boa-tarde membros da Mesa.

É a primeira vez que uso, com muita honra, esta tribuna como Deputado desta Casa tão honrada de Minas Gerais.

É uma satisfação trabalhar junto a V. Exas., fazendo parceria com vários Deputados, a fim de melhorarmos as condições de vida da população e a forma de fazer política no Estado. Assim, é uma honra muito grande poder ter contado com os votos de 33 mil mineiros e poder, neste instante, falar aqui para V. Exas. e para as pessoas que nos escutam e nos vêem.

Quero referir-me hoje a um assunto sobre a cidade de Betim. Fui convocado ontem para uma reunião nessa cidade, onde fui Vereador, Vice-Prefeito, Prefeito, pelos funcionários do sistema de saúde, a fim de escutar um pouco sobre a situação da saúde no município. Tinha já tomado conhecimento, por meio da população, das reclamações inerentes àquele sistema, que, enquanto Vice-Prefeito e Prefeito, tive o prazer de ajudar a construir, mas que hoje se encontra sucateado. Está funcionando apenas com aquilo que nós, do PT e dos partidos que compunham aquela frente, construímos.

Hoje, a saúde ficou em segundo ou terceiro lugar, ou seja, não é prioridade para a atual administração. Conseqüentemente, a população que precisa do SUS tem que se submeter, humilhar-se pela saúde prestada pelo poder público da cidade de Betim.

Faço algumas referências sobre o que estou dizendo. Há quatro anos o sindicato dos funcionários da saúde do Município de Betim não é chamado para negociar nem para conversar sobre as condições de trabalho nem sobre as condições salariais. Há quatro anos os funcionários da saúde não são respeitados pelo Poder Executivo dessa cidade. Cinqüenta por cento das pessoas que trabalham na área da saúde em Betim são contratadas. O último concurso para a saúde foi realizado em 2000. Houve um concurso em 1996, e, em 1997, como Prefeito, contratei mais de mil médicos, enfermeiros, assistentes, fazendo o Hospital Regional funcionar; portanto, o Hospital Regional começou a funcionar na minha época. Como Vice-Prefeito, tive o prazer de ajudar na construção daquele hospital, que tem quase 300 leitos, que virou referência. Como Prefeito, tive o prazer de contratar mais de mil funcionários, colocando esse hospital para funcionar. Passou a funcionar o CTI, o pronto-socorro e o centro cirúrgico. Quem já foi Prefeito sabe que não é fácil construir a estrutura física; o mais difícil e dispendioso, que exige maior competência do gerente público, é fazer o hospital funcionar. Em Guarulhos, vi um prédio parecido com o da Prefeitura de Betim, construído havia cinco anos, e nenhum Prefeito teve a coragem de colocá-lo para funcionar. Em Almenara também foi construído um prédio, mas os Prefeitos também não tiveram a coragem de colocar o hospital para funcionar. Todos sabem que o mais caro é fazer um hospital funcionar - e com qualidade. Assim o fiz em Betim como Prefeito. Coloquei o Hospital Regional para funcionar, e ele virou referência nacional. Estava entre os dez melhores hospitais públicos do Brasil em termos de qualidade e atendimento. Prova de que era um hospital que prestava um serviço de qualidade gratuito para a população é que, quando sofri um atentado, internei-me nesse hospital para ser tratado. Quando o Presidente Lula esteve em Betim, disse que, até aquele instante, não conhecia um Prefeito que tivesse tido a coragem de se tratar em um hospital que ele mesmo administrava. Como Prefeito, tive a coragem de me tratar em um hospital que eu mesmo administrava. Pergunto aos atuais Prefeitos de Betim se a equipe da atual Prefeitura tem coragem de se tratar no Hospital Regional de Betim.

Há quatro anos estamos sem concurso público. Hoje, o que predomina no sistema de saúde de Betim como um todo são as contratações por indicação política. O primeiro critério para se contratar alguém não é o profissionalismo; mas o critério político. Querem primeiro saber se o contratado será um cabo eleitoral, se renderá votos. Contrata-se, e somente depois se verifica se tal funcionário ajudará no sistema de saúde. Faltam profissionais. Ontem uma profissional dizia que tinha quatro funcionários subordinados a ela, e hoje tem apenas dois. Faltam médicos, psiquiatras, psicólogos. Os funcionários estão adoecendo. A saúde de Betim virou um cabide de empregos; com isso, o serviço se deteriorou. A saúde de Betim retrocedeu dez anos. Lá predomina o medo, a perseguição política. Se um funcionário critica qualquer coisa, é ameaçado.

Nunca se viu tanto controle, tantos olhos vigiando as palavras dos funcionários. Hoje, os funcionários têm medo de expressar a sua opinião, já que a grande maioria é contratada. Ou seja, é a perseguição política predominando na área da saúde em Betim.

Gostaria de relatar o que, como Prefeito, fiz para os funcionários. Um dos problemas que enfrentei foi a chamada Lei Robin Hood.

O Deputado Pinduca Ferreira (em aparte)* - Deputado Jésus Lima, ex-Prefeito de Betim, V. Exa. já se esqueceu de quantos processos ajuizou contra os funcionários públicos durante a sua gestão? V. Exa. se lembra de que o 5º andar do Hospital Regional, na época em que era Prefeito, era um hotel de cubano? E hoje o 5º andar desse hospital é uma experiência que deve ser vista por todos os políticos do Brasil e de Minas Gerais. Convido os Srs. Deputados a fazer uma visita ao 5º andar do Hospital Regional de Betim. V. Exas. verão como ele está funcionando agora, muito diferente do que era na época do Sr. Jésus Lima. O 5º andar do Hospital Regional, do qual V. Exa. trata aí, era cabide de emprego e hotel dos cubanos, porque a esposa dele é de Cuba. Os cubanos vieram com o objetivo de levar o dinheiro de Betim.

Então, Sr. Deputado, V. Exa. deve medir as suas palavras ao falar da saúde em Betim, porque quando V. Exa., era Prefeito de Betim, a sua Deputada perdeu a eleição lá. Isso porque V. Exa. foi um Prefeito ruim. Aliás, V. Exa. perdeu para ela na convenção. V. Exa. a traiu e perdeu a eleição. Além do mais, agora ela também saiu perdendo, tendo em vista o mau governo de V. Exa. na Prefeitura de Betim.

Assim, antes de subir à tribuna para falar mentira, é melhor olhar e reconhecer o seu passado. V. Exa. foi um Prefeito ruim para Betim. V. Exa. teve 15 mil votos para Deputado em Betim, enquanto eu tive 36 mil. Fui eleito Vice-Prefeito por duas vezes, porque o seu Governo foi ruim.

Se a saúde em Betim estivesse ruim, Carlaile não teria sido reeleito em 2004. Ele foi reeleito porque fez um bom trabalho. Então, não adianta fazer demagogia. V. Exa. acabou com a saúde em Betim.

Até concordo que a Maria do Carmo tenha feito um bom trabalho, mas V. Exa. destruiu o trabalho que ela fez, por isso ela não conseguiu se reeleger. Maria do Carmo veio de Brasília e encarou a Prefeitura de Betim com 78% dos votos na pesquisa.

Deputado, V. Exa. fez pouco caso de mim dizendo que eu dava verdura podre para o povo, mas eu fui o Vice do Carlaile, e ele subiu nas pesquisas, enquanto a Maria do Carmo caiu, porque o seu governo não foi ruim, foi péssimo, basta analisar os votos que obteve para Deputado, em Betim, apenas 15 mil votos.

Eu dei muita batata, mas o povo está com a barriga cheia. E você, que só pôs dinheiro no bolso?

O Deputado Jésus Lima* - Pinduca, em primeiro lugar, você disse que todas as consultas que você, enquanto Vice-Prefeito, não desse conta de atender, que você comeria. Então, como será que você deve sentir-se agora?

Quando estávamos na Prefeitura de Betim, o Pinduca fez sua campanha e elegeu-se, tendo como tema a defesa da saúde, dizendo que ela estava em primeiro lugar. Hoje, entretanto, há uma fila de mil pessoas para serem atendidas em Divino Braga, enquanto, na minha época, a mesma fila tinha 30 ou 40 pessoas. Antes havia carros que levavam as pessoas até as unidades básicas de saúde, além do vale-transporte gratuito, ou seja, havia um sistema universal que atendia a todos. Hoje esse dinheiro vai para o gabinete do Deputado Pinduca Ferreira para comprar Kombis, que viram ambulâncias para fazer clientelismo barato com os recursos públicos. Esse é o tipo de saúde defendido pelo Deputado: uma saúde clientelista baseada no quanto - pior - melhor, pois assim é possível dar uma carona, comprar uma batata, vender 5kg de açúcar pelo preço de 4,5kg, enfim, enganar as pessoas.

Deixo clara aqui a situação da saúde hoje. Ontem houve uma reunião com os funcionários da saúde. Tenho acordado às quatro horas e meia da manhã para ver a situação das filas dos postos de Betim. Na do Divino Braga, há cerca de mil pessoas, sendo que, quando fui Prefeito, implantei o Cartão-Saúde para acabar com elas e consegui. A única fila que ainda existia era a do Divino Braga, com 30 ou 40 pessoas. Agora, porém, elas voltaram.

O Deputado, na época, denunciou-me porque havia filas, mas hoje há mais de mil pessoas, sendo que algumas chegaram às 9 horas da noite para serem atendidas no outro dia, às 9 horas da manhã. Essa é a saúde que o Deputado diz estar tão boa? Se estivesse boa, não haveria mil pessoas na fila.

Se o Deputado quiser entrar na questão da reeleição, digo-lhe que isso não significa um bom governo. É possível fazer um bom governo e não ser reeleito, como também é possível fazer um péssimo governo e ser reeleito. Isso foi o que aconteceu com o Deputado Pinduca Ferreira, que, um ano antes da eleição, começa a colocar as Kombis para fazer clientelismo. Entretanto, depois das eleições, acaba tudo. Vocês verão que, daqui a um ano, ele voltará com as Kombis todas, para fazer clientelismo barato. Ele transporta as pessoas e diz que a saúde está em primeiro lugar, mas pega o dinheiro da Prefeitura para fazer tudo. Não tira um centavo de seu salário, mas divulga a idéia de que está fazendo tudo com seus recursos. Na verdade, o dinheiro público que está sendo tirado para enganar as pessoas e ganhar voto fácil. Muitos estão sendo enganados!

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Deputado Jésus Lima, registro aqui toda minha satisfação de vê-lo neste parlamento. Temos muito respeito e admiração por sua pessoa, pois somos conhecedores do brilhante trabalho que prestou à população de Betim como Prefeito. O senhor também foi considerado um dos Vereadores mais atuantes de toda a história de Betim, o que nos enche de orgulho. Desejo-lhe sucesso. Com certeza, o parlamento mineiro fica muito engrandecido com sua presença.

Não podemos cair em questões pequenas e desqualificar a discussão. Se formos levar em consideração o número de votos, lembro que fui o Deputado mais votado de toda a história do Triângulo. Aqui, nesta Casa, temos companheiros valorosos do Triângulo. Essa não é uma questão de proporção de votos.

Tenho certeza de que V. Exa. está preparado, pois é uma pessoa muito competente, séria e ética. O povo de Minas Gerais ganhará muito com a sua presença.

Em relação à saúde pública, temos de refletir sobre os problemas seriíssimos de várias regiões do Estado. O Governo não cumpre a Emenda nº 29, que obriga que uma percentagem seja aplicada na saúde. Há um déficit de mais de R\$700.000.000,00 por ano, que deveriam ser aplicados na saúde. Os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Ricardo Duarte, Chico Simões e vários outros têm lutado por isso, e ações foram impetradas na justiça, mas o Governador, infelizmente, prefere investir em publicidade dentro e fora do Estado.

Parabenizo V. Exa. Estamos atentos e continuaremos a gestão junto ao Governo do Estado para que a população de Minas Gerais seja respeitada.

O Deputado Jésus Lima* - Obrigado, Deputado Weliton Prado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Cesar - Sr. Presidente, caros Deputados, caras Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, amigos da imprensa e amigos que comparecem a esta reunião, em primeiro lugar, cumprimento a Mesa, que iniciou os seus trabalhos no último dia 15 para o biênio final desta legislatura, e externo os meus votos de sucesso, bem como a minha confiança nos propósitos e na capacidade dos companheiros liderados pelo nosso Presidente reeleito Deputado Mauri Torres.

Na pessoa do Deputado Gustavo Corrêa, colega de bancada no PFL, dou boas-vindas aos novos companheiros que iniciam efetivamente seus trabalhos legislativos e lhes desejo êxito.

Senhoras e senhores, durante o recesso parlamentar, viajei para várias regiões de Minas. Estive na Zona da Mata, no Norte de Minas e no Alto São Francisco. Passei praticamente por todas as cidades do nosso Centro-Oeste e constatei, com muita alegria, o entusiasmo depositado pelos mineiros nos rumos do nosso Estado.

Há esperança, diria certeza, de que o ano de 2005 ficará na história de Minas como um dos melhores para o crescimento e o desenvolvimento social e econômico.

Há uma confiança muito grande da população mineira no Governo do Dr. Aécio Neves. Em todos os lugares por onde passei fui interrogado sobre a indústria calçadista de Nova Serrana. Com alegria, mais uma vez, constatei como a nossa gente ama, defende e até exalta os nossos produtos. O mineiro, de uma forma muito peculiar, sabe, como nenhum outro povo, defender suas coisas.

Sr. Presidente e companheiros, o ano de 2005 não será muito diferente para o pólo industrial calçadista de Nova Serrana, pois, como nos anos anteriores, apesar da recessão, continuaremos crescendo. Com convicção e muita alegria, digo-lhes que o nosso setor calçadista deverá crescer neste ano acima de 10%. Isso significa que ultrapassaremos a casa dos 20 mil empregos diretos e dos 20 mil indiretos.

Vamos nos consolidar definitivamente como o maior produtor de tênis do País. Hoje Nova Serrana é responsável por 55% da produção de tênis do Brasil. No ano de 2004, o setor apresentou um crescimento de 23,56% no faturamento em relação a 2003. Esse foi o melhor desempenho industrial de Minas Gerais.

Esse sucesso só foi possível graças à expansão da capacidade de produção por via de investimentos e ganho de produtividade, aliados a um produto de alta qualidade já aprovada por outros países como: Grécia, Portugal, Emirados Árabes, Argentina, Estados Unidos e outros países da América. Se, no ano que passou, 5% de nossa produção foram destinados a exportação, a partir deste ano a expectativa é de dobrarmos essa percentagem, ou seja, é possível que exportemos 10% da nossa produção.

Bem, senhores e senhoras, afirmei que o mineiro está orgulhoso de nossa produção. Porém, o sucesso da indústria calçadista mineira passou a incomodar outros centros produtores de calçados. Tomei conhecimento de campanha para denegrir a imagem de nossa indústria. Primeiro, tentaram criar uma imagem negativa quanto à qualidade de nossos produtos. Agora, atentam contra a indústria da região como centro de pirataria.

Posso afirmar que essa campanha é um absurdo; é inaceitável. E digo mais: este Deputado que ora ocupa esta tribuna estará atento na defesa de nossa região, na certeza de que este parlamento não assistirá passivamente a campanhas orquestradas em outros Estados com o propósito de atingir a indústria mineira. Tenho afirmado que, principalmente por intermédio do nosso curso de pespointos, pelo qual preparamos e qualificamos gratuitamente novos trabalhadores na região, com o nosso trabalho, em um futuro bem próximo, o Centro-Oeste de Minas será o maior pólo calçadista do Brasil. Será esta a melhor resposta, bem ao estilo mineiro, aos invejosos que buscam denegrir os nossos produtos.

Na oportunidade, quero parabenizar o jornal "Diário do Comércio" pela reportagem intitulada "Pólo de Nova Serrana sob Fogo Cruzado", publicada no dia 10 deste mês, que registrou a afronta de outros centros para denegrir a imagem de nossos produtos, e pela forma correta de agir ao dar ao Presidente do SINDINOVA a oportunidade de fazer a defesa da classe, registrando de forma precisa a expansão industrial de Nova Serrana e região.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Cumprimento-o pelo pronunciamento. Conheço bem o estilo de V. Exa. Tive a oportunidade de conhecer Nova Serrana com toda a sua pujança e com aquela fantástica produtividade, o que, certamente, muito colabora para elevar as reservas de nosso Estado.

Esse pronunciamento é importante porque defende a vocação de toda a população de Nova Serrana para a produção de calçados e consolida, na Casa, sua posição de defensor incontestável, de defensor de todas as horas, o que é importante para nós.

Cumprimento-o também pela essência de seu pronunciamento. Ainda há pouco, tivemos a oportunidade de discutir um aparte de um Deputado que fazia apologia ao PT, e, não se contentando com isso, pretendeu mostrar pontos negativos da administração do Governador Aécio Neves.

Minas Gerais anda no caminho certo. Os programas desenvolvidos pelo Governo do Estado são efetivamente importantes para Minas. Ontem, estive em Montezuma, como Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio - V. Exa. conhece - e pude constatar o início das obras de asfaltamento da estrada que liga Santo Antônio do Retiro a Mato Verde e àquela cidade. Senti o quanto essa obra é importante para a região. Essa é apenas uma das muitas obras de asfaltamento das vias de acesso dos municípios mineiros. Só quem não tem acesso asfaltado pode avaliar a importância do programa Pró-Acesso para Minas. Ele certamente propiciará o desenvolvimento para os municípios mineiros, especialmente na região em que estamos inseridos, que é a área mineira da SUDENE.

A SUDENE tem programas e planos específicos para o Norte de Minas, mas muitos não seguem adiante porque falta a via de acesso asfaltada, elementar para trazer o capital da iniciativa privada para nossa região.

Visitei e participei de inaugurações de três programas de eletrificação na zona rural, em que mais de 40 mil propriedades rurais serão eletrificadas. Para nós, a energia é essencial. Um programa do Governo do Estado também é do Governo Federal. Estamos assistindo a um Governo que saiu da retórica e que está encarando o Estado com seriedade. Já acabou com o déficit monstruoso que nosso Estado tinha e nos próximos dois anos, certamente, o Governador Aécio Neves dará a grande resposta que Minas e os mineiros precisam. É muito importante defender nossas partes, nossos governantes e nossas ideologias, mas não podemos tapar o sol com a peneira e passar por cima de programas dessa natureza, desse quilate, dessa envergadura, tão importantes para o povo de Minas Gerais. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Paulo Cesar - Obrigado. Durante meu pronunciamento, disse que o ano de 2005 ficará na história de Minas Gerais. Confirmando isso por meio de suas palavras a respeito das obras do Pró-Acesso. Ontem, estivemos no Palácio da Liberdade, quando o Governador anunciou o início de uma obra além do Pró-Acesso, que ligará a BR-040 à BR-381, (trecho entre Bom Despacho e Santo Antônio do Norte), importantíssima para Minas Gerais e para nosso Centro-Oeste. Deixo aqui meu agradecimento ao Governador Aécio Neves por essa iniciativa tão importante ao dar uma ordem de reinício para uma obra paralisada há mais de oito anos. Obrigado, Governador Aécio Neves, em nome do povo do Centro-Oeste e de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, subo nesta tribuna na data de hoje, como o colega que me antecedeu, para engrossar as fileiras daqueles que se opõem à Medida Provisória nº 232, e, por consequência, dos que se opõem ao aumento da carga tributária, que mais uma vez sacrifica a classe produtiva, os prestadores de serviços, atingindo diretamente contribuintes e consumidores, que irão arcar, no final, com o aumento dos preços de produtos e serviços, frisamos, muitas das vezes, sem a contrapartida do Governo Federal. Digo isso, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: que o aumento da carga tributária federal não afetará a receita dos demais entes federativos, quais sejam, Estados ou municípios. A contribuição social sobre o lucro líquido presumido, que teve majorada sua base de cálculo já pela segunda vez neste Governo, não compõe a base tributária do fundo de participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. Portanto, esse aumento serve somente para o aumento da contribuição do Governo Federal.

Estamos cientes de que, pelas notícias veiculadas nos jornais de hoje, especialmente na "Folha de S. Paulo", a arrecadação da Receita bateu recordes em janeiro, conseguindo o segundo maior valor mensal arrecadado historicamente por aquele órgão, perdendo apenas para o mês anterior, dezembro de 2004.

Em janeiro de 2004, a arrecadação registrou um aumento real de 5,73%, chegando ao valor de R\$31.990.000.000,00, sem contar o aumento da Contribuição Social sobre o lucro líquido presumido, que já teve um aumento de arrecadação de mais de 10% nesse mês de janeiro. E qual a contrapartida da União?

Preocupam-nos sobremaneira as notícias veiculadas pela imprensa nos últimos dias, especialmente as relacionadas à saúde pública. Já se verificam sinais da volta da dengue. Há algumas semanas, o programa de atendimento a pacientes portadores de HIV não conta mais com todas as drogas necessárias.

Por outro lado, quanto ao desafio de consertar as nossas estradas, que parecem acabar, infelizmente a arrecadação e a implementação da CIDE, outra contribuição fiscal, não lograram êxito. Os recursos são desviados para fazer frente a acordos com fundos internacionais, mantendo superávit necessário para o pagamento dos juros.

A cada dia, mais e mais brasileiros morrem nas estradas federais, vítimas da má conservação, da péssima fiscalização dos órgãos de gerenciamento das estradas.

Preocupam-nos ainda questões relacionadas à logística para o transporte. Apesar de possuímos inúmeros recursos naturais, a falta de planejamento e de investimentos no setor de logística acabará ocasionando paralisação do escoamento de nossa produção e, por conseguinte, desastre no desafio do desenvolvimento nacional.

A nossa preocupação não bate apenas à porta do excesso de arrecadação, ou ainda da má arrecadação, mas também da falta de prestação de contas do Governo quanto ao que arrecada.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Obrigado, Deputado Leonardo Quintão. Parabéns-o pelo pronunciamento. Mais uma vez, relaterei a precária situação, abordada por V. Exa., das BRs que cortam o Estado de Minas Gerais.

Na quinta-feira passada, 17 de fevereiro, aconteceu uma tragédia na BR-381, no trevo de Ravena. A população de Sabará, enlutada e inconformada, pede às autoridades competentes providências para que mais vidas não sejam ceifadas. No acidente, faleceram Márcia Pace, Secretária de Turismo; Carlos Alberto, Assessor de Desenvolvimento Econômico; e Carlos Vicente, Diretor de Cadastro. O contador Stênio se encontra no CTI, em estado grave.

A comunidade de Ravena pediu providências, e, até o momento, nada foi feito. Eu, como Presidente da Comissão de Transporte, solicitei a realização de uma reunião extraordinária, na quinta-feira, para, juntamente com a comunidade de Sabará, com o Prefeito Sérgio, com o Prefeito de Santa Luzia - estamos contatando o Prefeito de Caeté -, realizarmos ato público nesse local onde vidas são ceifadas todos os dias, e cobrarmos das autoridades, principalmente do DNIT, posição rápida e emergencial.

O Deputado Rogério Correia preside a reunião. Aproveito para lembrar que, no ano passado, fizemos uma reunião para tratar da BR-135, trecho compreendido entre o "trevão" de Curvelo e Montes Claros.

Agora, durante o carnaval, tive oportunidade de passar por lá novamente. O Deputado Rogério Correia disse que eu não seria convidado para a inauguração do recapeamento da BR-135; todavia, asseguro-lhe que, se continuar desse jeito, durante esta gestão, também não serei convidado, porque nada será feito. Alertamos para o fato de que serviços, obras paliativas, não resolverão o problema. Todos os dias ocorrem acidentes, abrem-se crateras. As pessoas que por lá trafegam correm o risco de morrer. Essa situação já foi denunciada. A população de Corinto, Augusto de Lima, Buenópolis, Santo Hipólito, Morro da Garça, Monjolos, Curvelo, Pirapora e Felixlândia pedem providências, porque a BR-135 possui muitos buracos e crateras.

Nobre Deputado, quinta-feira, às 15h30min, haverá uma reunião extraordinária da Comissão de Transporte. Na oportunidade, tentaremos mobilizar esta Casa, os Deputados Federais, o Senador Eduardo Azeredo e o representante do DNIT. Faremos uma manifestação para cobrar providências ao DNIT a fim de impedir que mais pessoas se tornem vítimas, sejam mortas naquele local. Depois de 24 horas desse grave acidente, ocorreu outro, envolvendo duas vítimas. As pessoas estão morrendo, e eles nada fazem. Nós, Deputados Estaduais, e os Deputados Federais somos cobrados. Como representantes do povo, de maneira alguma poderemos ficar à margem dessa situação. Temos de cobrar do Governo Federal, principalmente do DNIT, providências, principalmente no que tange à situação da BR-381 e da BR-135, que se encontram em situação lastimável. Obrigado, Deputado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Deputado Leonardo Quintão, quanto à questão das estradas, devemos reconhecer que a situação da malha rodoviária do Estado de Minas Gerais, bem como a de todo o País, é lamentável. A desativação das rodovias foi um dos maiores crimes cometidos no País. Não há como pensar em crescimento, em desenvolvimento, em geração de emprego e renda, se não investirmos em infraestrutura. Ademais, dessa forma, os pequenos produtores, empresários e atacadistas não conseguirão fazer escoar sua produção. Se não houver escoamento, não adianta aumentar a produtividade.

No que se refere à infra-estrutura, muito já foi feito no Governo Lula; no entanto, muito ainda há para se fazer. Cito um exemplo sobre as licitações para a realização de obras: antes, determinada ponte custava cerca de R\$1.000.000,00; durante o Governo Lula, essa mesma ponte custa 30% menos. Para asfaltar certo trecho, seriam gastos R\$100.000,00; agora, consegue-se fazê-lo por 30% menos. Isso significa seriedade, compromisso, ética.

Defendo as frentes de trabalho. Temos de construí-las em todo o País. Temos de oferecer serviço para essa moçada, garantir universidade para os jovens, gerar empregos. Cito o exemplo do belo trabalho prestado pelo Batalhão Mauá, na cidade de Araguari. Temos de avançar. O Governo do Estado tem de dar sua contribuição. Ressalto que ele não está aplicando os recursos da CIDE nas BRs, mas utilizará os do Pró-Acesso, para dizer que fez tudo sozinho. É preciso cobrarmos, sim, um posicionamento do Governo Federal; há muitos problemas a serem resolvidos. Não vamos colocar a sujeira debaixo do tapete. Vamos debater o assunto com seriedade, reconhecendo as atribuições do Governo Federal e do Governo do Estado. Sabemos que o Governo Lula herdou uma dívida histórica de mais de 500 anos. Não há como mudar tudo de uma hora para outra, visto que o processo é gradativo.

Para finalizar, refiro-me à carga tributária de que falou V. Exa. O Brasil possui uma das cargas tributárias mais altas do mundo. Concordo com isso. O Governo Fernando Henrique contribuiu muito para que a situação chegasse a esse ponto. Quando assumiu o Governo, a carga tributária encontrava-se em torno de 25%; quando saiu, a carga encontrava-se em torno de 36%. Trata-se de um aumento exorbitante.

A redução da carga tributária ocorreu no primeiro ano do Governo Lula. Hoje, estudos comprovam, como V. Exa. afirmou, aumento dessa carga

tributária. Temos de reconhecer isso. Com relação à Medida Provisória nº 232, haverá aumento de impostos para prestadores de serviços. Faça essa ponderação para que a Liderança do nosso bloco cobre modificações, de forma firme, do Governo do Estado, para que acabe com taxas absurdas como a de incêndio. O Bloco PT-PCdoB, junto com o PMDB, assinou emenda para revogar o projeto. Infelizmente, só houve o nosso voto contrário em relação ao comércio e à indústria.

Quanto à Medida nº 232, estamos fazendo gestões junto ao Governo, que já acena com mudanças significativas.

O Deputado Leonardo Quintão - Muito obrigado, Deputado Weliton Prado. Não estamos aqui acusando nem deixando de acusar A ou B, mas questionando o desenvolvimento do Brasil.

A bancada dos Deputados do PMDB nesta Casa posicionou-se radicalmente contra aumento de taxas nesta Assembléia e no âmbito federal. Por isso, temos de debater profundamente a Medida nº 232, que inviabilizará o desenvolvimento de Belo Horizonte, de Minas e do Brasil. Essa medida precisa ser discutida e derrotada no Congresso, isso se o Governo Lula não assumir humildemente o papel de retirar essa emenda para que já não tramite. As sociedades belo-horizontina, mineira e brasileira já não agüentam aumento de impostos.

Com o apoio do nobre Deputado Weliton Prado, a Bancada do PMDB sabiamente encabeçou, no ano passado, o cancelamento da taxa de incêndio residencial por saber que o povo mineiro já não agüentava aumento de impostos. E, sabiamente, o Governador Aécio Neves calçou a sandália da humildade, quando, humildemente, cancelou a taxa de incêndio residencial criada por uma lei por ele mesmo enviada a esta Casa. Precisando aumentar a arrecadação, aceitou cancelar essa taxa. Tanto o Governo Estadual quanto o Federal precisam calçar a sandália da humildade. O PMDB acredita e apóia o Governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, e cremos que o Governo terá sucesso em todas as suas empreitadas.

Conclamo todos os Deputados - do PT, do PCdoB, do PFL, do PSDB - para que, unidos, iniciemos um debate nesta Casa visando a não aprovarmos mais, nesta Assembléia ou no Congresso Nacional, qualquer aumento de taxas ou impostos, porque as sociedades mineira e brasileira não agüentam mais pagar impostos. Quem paga os impostos é o cidadão brasileiro, não apenas os empresários. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para fazer coro com as palavras dos parlamentares do PMDB, como o Deputado Leonardo Quintão, que acaba de fazer seu pronunciamento contrário à Medida Provisória nº 232.

Em reunião da semana passada, acertamos que, a partir deste ano, a Bancada do PMDB votará contra qualquer projeto que chegar a este parlamento visando a aumentar contribuições, taxas ou impostos. Não somente votaremos contra, mas também impediremos.

Obstruiremos os trabalhos desta Casa quando algum projeto com esse teor chegar para votação aqui no parlamento mineiro. Especificamente, contra a Medida nº 232, a aberração maior, porque o brasileiro está cansado de tributação. A carga tributária chega a 40%, a maior desde o descobrimento do Brasil.

Às vezes, quando chega ao parlamento mineiro ou ao Congresso Nacional um projeto para aumento de imposto ou para criação de uma nova taxa ou contribuição, chega com os mais variados apelos. Vêm COFINS, PIS, COFINS social, CPMF para a saúde e ainda a CIDE, uma das maiores aberrações, um verdadeiro assalto ao bolso do brasileiro. Quando se coloca gasolina no tanque de um carro, paga-se cerca de 1/3 de imposto. A CIDE é para a melhoria de nossas estradas, mas posso afirmar que, nos últimos 20 anos, nunca tivemos estradas tão ruins como agora.

Veja, por exemplo, o Deputado Luiz Humberto, que entende o que está dizendo, porque quando vai para a sua Uberlândia viaja por uma estrada precária. A BR que liga o Triângulo Mineiro a Montes Claros, principalmente no trecho entre Patos e Patrocínio, só com trator de esteira se pode ali trafegar. O melhor é tirar toda a camada de asfalto para poder viajar. A 232 prejudica diretamente os prestadores de serviço e também, em especial, o produtor de leite, que, ao produzir 75 litros, passará a pagar imposto, o que praticamente inviabilizará a sua atividade. Mais uma vez, é um assalto ao bolso do cidadão brasileiro.

Na semana passada nos reunimos com o Senador Hélio Costa e pedimos que trabalhasse para impedir a aprovação da 232. Estamos conversando com toda a bancada federal, principalmente do PMDB, para que vote contrariamente à 232, por entendermos que chega de aumento de imposto.

Entendemos que o Chefe de qualquer Poder Executivo, em qualquer nível, deve resolver os seus problemas de caixa com a redução de gastos e não com aumento de imposto, como se faz a todo momento, quando há dificuldades de caixa e procura-se compensar essa deficiência administrativa com aumento de impostos.

Apresentamos requerimento solicitando a realização de um ciclo de debates para discutir a 232 e qualquer outro aumento de imposto em nível federal ou estadual.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Caro Deputado Antônio Andrade, a proposta de V. Exa. vem em boa hora porque não só o parlamento nacional, mas também todos os parlamentos estaduais têm essa medida provisória como extorsiva. Por outro lado, no País, temos visto os lucros do ITAÚ, do BRADESCO e do Banco do Brasil de até R\$3.000.000.000,00. Com essa situação, fica claro a quem o Governo está beneficiando, e quem está sendo extorquido. Estão sendo prejudicados os prestadores de serviços, aqueles que mexem com o agronegócio e os pequenos empresários.

O PMDB, por intermédio de V. Exa., participa em boa hora dessa discussão. Se depender de Minas, não permitiremos a criação desse imposto. Seremos não só pioneiros, porque também os nossos três Senadores de Minas não concordam com essa 232 e estão apresentando emendas para que se possa acabar, de vez, com essa medida extorsiva, que é a 232. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Andrade - Agradeço o aparte do Líder do PMDB, Deputado Adalclever Lopes. Reafirmo o compromisso da Bancada do PMDB de votar contra qualquer aumento de imposto ou de taxa, mesmo que tenhamos de ir até o Governador. Não se trata de sermos da Oposição ou da base, mas sim do posicionamento da bancada, que, a partir deste momento, será contra qualquer aumento de imposto que onere o contribuinte mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. visitantes, pessoal da imprensa, não haverá necessidade dos 60 minutos.

Venho a esta tribuna propor aos nobres pares uma ampla discussão sobre o Programa Mineiro de Biodiesel. Alguns Deputados já devem ter

conhecimento de que tramitam nesta Casa um projeto de lei de autoria do nobre Deputado Gustavo Corrêa e outro, de minha autoria, criando o Programa Mineiro de Biodiesel.

Fizemos um requerimento à Mesa da Assembléia, dirigido ao Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, propondo a realização de uma reunião de debates a fim de que esta Casa contribua para disseminar o conhecimento a todos os mineiros sobre esse importante programa de biodiesel.

Em janeiro passado já foi instituído um marco regulatório em nível federal, com a Lei nº 11.097, sancionada em 13 de janeiro, tornando obrigatória a adição de 2% desse combustível no petrodiesel. Isso virá, sem dúvida, contribuir para o desenvolvimento de Minas Gerais, principalmente para as regiões emergentes, como a região mineira do IDENE, para os vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas. Trata-se de uma solução para a imensa extensão territorial dessas regiões até então não cultivadas. Por meio desse programa, propiciaremos uma melhor perspectiva de qualidade de vida, a fim de que pequenos agricultores possam auto-sustentar-se com o seu trabalho. Os muitos assentamentos que são feitos hoje não conseguem auto-sustentar-se por falta de alternativas. Mas o programa de biodiesel pode ser uma dessas alternativas.

Portanto, Sr. Presidente, espero e tenho certeza de que esta Mesa, na pessoa do seu Presidente, Deputado Mauri Torres, marcará essa reunião de debates, que, não tenho dúvida, esclarecerá todos nós, mineiros, sobre a importância do programa de biodiesel. Para tanto, requeremos que sejam convidados a participar dessa reunião especial o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto; o Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Deputado Silas Brasileiro; o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Wilson Brumer.

Ao falar do Secretário Brumer, é importante dizer que nesse debate devemos propor a criação de uma câmara especial para cuidar do biodiesel, a fim de transmitirmos segurança aos empresários que desejarem investir. Da mesma forma, para que saibamos onde a PETROBRAS deverá instalar a sua usina. Dessa forma, numa articulação perfeita, teremos uma real atração do desenvolvimento.

Com muito prazer, concedo aparte ao nobre Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Márcio Kangussu, parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento, mas esse projeto de lei que institui o Programa Mineiro do Biodiesel é um programa de minha autoria e não do Deputado Gustavo Corrêa, meu colega de partido, recém-ingressado nesta Casa. Por termos o mesmo nome, muitas vezes ocorre essa mudança do sobrenome, mas esse é um projeto de minha autoria.

O Deputado Márcio Kangussu* - Deputado, eu me penitencio, até porque estou na tribuna neste instante graças à benevolência e à elegância de V. Exa. Há muito tempo que acompanho a tramitação do projeto de lei de V. Exa.

Perdoe-me esse lapso de memória, mas não é demérito nenhum ser confundido com o colega recém-chegado Gustavo Corrêa, que, sem dúvida, somará conosco para a aprovação desse projeto. Ressalto que a autoria é de V. Exa., um dos parlamentares mais brilhantes desta Casa e uma das melhores revelações da política mineira.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Agradeço os elogios, Deputado Márcio Kangussu. Quero deixar claro que essa não é uma questão de vaidade ou algo parecido. Como co-autor do projeto, pois considero V. Exa. o autor, digo que estarei, durante todos os momentos, a seu lado, uma vez que esse projeto é de suma importância para o desenvolvimento do nosso Estado e beneficiará, sem dúvida nenhuma, quase a totalidade da população. Estou a seu dispor todos os dias nesta Assembléia, para discutirmos o dia ideal para o debate e o melhor momento para colocar o projeto em pauta, a fim de termos a aprovação dos 77 Deputados, pois ele é inédito em Minas Gerais. Parabéns pelo pronunciamento e pelo projeto.

O Deputado Márcio Kangussu* - Deputado Gustavo Valadares, logicamente o que nos motivou a apresentar o requerimento para essa reunião especial de debates foi o projeto de autoria de V. Exa. Há muito se comenta sobre o biodiesel.

Por uma questão de justiça, devemos ressaltar a importância dos pesquisadores da EPAMIG, que há muito vêm desenvolvendo um estudo a respeito desse assunto. Na Alemanha, hoje, já existem mais de mil postos que fornecem esse combustível, e, assim, V. Exas. podem mensurar o tamanho da frota que se utiliza do biodiesel.

Sabemos também que o Protocolo de Kyoto impõe às nações desenvolvidas e em desenvolvimento o seqüestro de carbono e, com isso, vamos ter, em curto espaço de tempo, necessidade de diminuir o uso do petróleo oriundo de fósseis, que usamos atualmente em nossos veículos e nos motores a combustão.

A PETROBRAS é hoje um gigante em nível nacional e internacional e pode ter alguns questionamentos acerca do biodiesel. Por isso, estamos convidando seus representantes a estarem presentes a essa reunião de debates. É necessário que, na hora de votarmos o projeto do Deputado Gustavo Valadares, tenhamos amplo conhecimento.

A fim de enriquecer o debate, contaremos com o conhecimento dos convidados que mencionarei. Possivelmente os Deputados terão outras autoridades no assunto para convidar. Além do Secretário Wilson Brumer, teremos a Secretária Elbe Brandão; o Secretário para Assuntos de Reforma Agrária, Neider Moreira; o Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Olavo Bilac Pinto Neto; o Delegado do Ministério da Agricultura em Minas, Dr. João Vicente Diniz; os Presidentes da EPAMIG, Baldonado Arthur Napoleão, do INDI, Marco Antônio Rodrigues da Cunha, e da CEMIG, Djalma Bastos de Moraes; o Superintendente da REGAP, Sr. Silvestre de Vasconcelos; a Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ângela Menin Teixeira de Souza; o Presidente da FAEMG, Gilman Viana; o Presidente da FETAEMG, Sr. Wilson Luiz da Silva; e os Presidentes das Associações Microrregionais: do Médio Jequitinhonha, Prefeito Rogério Rocha Rafael; da AMBAJ, Prefeito Carlos Luiz de Novais; da AMAJE, Prefeito Gustavo Botelho Júnior; da AMUC, Prefeita Maria José Hauelsen Freire; e o Presidente da ONG Vale da Cidadania, Dr. Paulo Roberto Siqueira de Carvalho. Essas são pessoas cuja participação nesse ciclo de debates considero importante.

Portanto, Sr. Presidente, aguardamos com ansiedade que seja marcada a data para essa reunião em que realizaremos esse importante debate.

Com imenso prazer, concedo aparte ao Deputado Padre João.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Quero parabenizá-lo por trazer novamente o debate sobre o biodiesel a esta Casa.

V. Exa. mencionou o projeto de lei do Deputado Gustavo Valadares. Há também um substitutivo meu e da companheira Deputada Marília Campos, Prefeita de Contagem, que ainda não veio a Plenário. V. Exa. tem também um estudo a ser anexado ao projeto de lei. É importante esclarecermos que, além de se tratar de uma energia completamente limpa, é também uma matriz energética renovável, que gera emprego em todo o canto, diferente do combustível fóssil, que, além de muito mais poluente, fica concentrado em áreas privilegiadas do continente. É

importante o grande empenho do Governo do Estado para que essa política de incentivo ao biodiesel contemple outras áreas do Estado, como o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri. Porém, há áreas em que a pobreza se acentua cada vez mais, seja no Sul de Minas, onde está o nosso companheiro Deputado Laudelino Augusto, seja na Zona da Mata. A partir de um estudo, constatamos que nessa região há municípios cujo IDH é muito menor do que o de alguns municípios do Norte de Minas, do Mucuri e do Jequitinhonha. Entre eles, podemos citar o Município do Alto Rio Doce e de Cipotânea, onde não há sequer estradas. Há municípios que, em época de chuva, ficam completamente isolados e cuja geração de emprego é zero e cujo êxodo rural continua acentuado. Os nossos jovens estão indo para São Paulo e para Belo Horizonte, pois aqui não há uma política que contemple a agricultura e a pecuária. Temos de reconhecer que houve algum avanço, mas os grandes recursos para o fortalecimento da agricultura familiar vieram do PRONAF e do Governo Federal.

Parabenizo V. Exa. Esteja certo de poder contar conosco nessa luta, pois temos a convicção de que, se desejamos de fato uma energia para todos, ela terá de vir de uma matriz energética renovável, gerando-se emprego e contribuindo com o Estado e com o Planeta, para que o efeito estufa seja reduzido a cada dia. Obrigado por esse espaço que V. Exa. me concedeu.

O Deputado Márcio Kangussu* - Obrigado, Deputado Padre João, por enriquecer o nosso pronunciamento. Foi importante que V. Exa. e a ex-Deputada Marília Campos tenham se preocupado com esse combustível para todos, porque, além disso, esse projeto beneficiará todo o povo de Minas Gerais.

O outro requerimento diz respeito à nossa região. Tivemos a grata satisfação de tomar conhecimento de mais uma conquista do Governo Aécio Neves. Trata-se da implantação, em Minas Gerais, de uma superintendência do Banco do Nordeste do Brasil, maior Banco de fomento regional. Sem dúvida, ele ajudará na implementação desses pequenos projetos de produção de mamona, de pinhão-manso e de todas as plantas que podem ser transformadas em combustível.

Estou requerendo, então, um voto de congratulações com a diretoria do Banco do Nordeste do Brasil pela implantação da superintendência regional. Hoje as 15 agências existentes em Minas, Norte do Espírito Santo e Norte do Rio de Janeiro têm que se reportar a Salvador. Em breve, terão que se reportar a Minas. Isso é muito importante para agilizar projetos de financiamentos para produção, que geram emprego e renda em nossa região. Também as pessoas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro terão que vir a Minas. No requerimento, solicito esse voto. Tudo isso é muito benéfico.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Ratifico sua preocupação com minha região. Sou de Águas Formosas, perto de Joaíma, sua terra. Parabenizo-o pela iniciativa de trazer a Superintendência do Banco do Nordeste, que está sob a direção do Governo do Presidente Lula, para Minas. Como os demais sob a direção do Governo Federal, o Banco está se popularizando, atingindo as camadas mais pobres. Conte comigo para juntos trazermos a Superintendência, atendendo o Norte de Minas e os vales do Jequitinhonha e do Mucuri, além dos demais Estados.

Parabenizo-o, ainda, em relação ao biodiesel. Graças ao Presidente Lula, essa discussão voltou à tona. Preocupado em melhorar a vida da população mais pobre das regiões vermelhas do Estado - Norte de Minas, vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e parte do Leste -, o Presidente reduziu os impostos federais do produto, viabilizando seu uso. O biodiesel é a redenção dessas regiões.

No projeto de V. Exa., quero participar da discussão para que o Governador do Estado reduza os impostos do biodiesel, como o Presidente Lula fez. Assim, faremos da área vermelha uma região produtiva, que melhorará a vida daquele povo. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Márcio Kangussu - Deputado Jésus Lima, o senhor foi preciso, pois, de fato, o Banco do Nordeste está sob a direção do Governo Federal. Todas as ações dessa esfera que contribuem para o desenvolvimento de Minas, especialmente das camadas mais carentes, recebem o melhor tratamento e as melhores condições do Governo do Estado.

Assim ocorreu com as negociações para a implantação da superintendência do Banco do Nordeste em Minas. A parceria das esferas federal e estadual foi decisiva. Dessa forma, conseguiremos avançar. No programa do biodiesel, Minas Gerais saiu na frente. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico estuda formas de implantar uma câmara setorial a fim de que possamos nos articular com o Governo Federal no marco regulatório existente por meio da lei sancionada no dia 13 de janeiro. Estamos de acordo. Entretanto, não há consenso em relação à Medida Provisória nº 232.

Nós, produtores, e o pequeno produtor já somos taxados em 1,5% na hora de produzir. Não podemos estar de acordo com a Medida Provisória nº 232, baixada pelo Governo Federal. Como bem disse o Líder do Bloco PT-PCdoB, Deputado André Quintão, é preciso discutir alguns itens dessa MP, deletérios para o pequeno produtor e para os prestadores de serviços. É uma cadeia que prejudicará toda a economia, a respeito da qual devemos debater. Assim como, na reunião especial, debateremos a respeito da isenção de impostos ou da diminuição da carga tributária nos âmbitos federal e estadual para os produtores de biodiesel. O importante é que todos estejamos irmanados no mesmo propósito, e esta Casa está, para criar meios para que o povo possa se desenvolver. Quem faz desenvolvimento é o povo, mas o poder público deve proporcionar os meios. E esta Casa irá colaborar e dar sua contribuição positivamente para que esse programa dê certo e gere emprego e renda para milhares de trabalhadores mineiros, principalmente da nossa região dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Obrigado.

* - Sem Revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, obrigado. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, queremos parabenizar o Governo do Estado ou a Polícia Militar por uma medida fantástica que descobrimos ontem. A Polícia Militar colocou no viaduto da Floresta uma viatura sem policial. Há mais de dois meses que essa viatura, que chamamos de espanta-bandido, está lá. Durante esta semana, passei por lá várias vezes e ontem nossa equipe de TV acompanhou-me para filmá-la. E vimos nos perguntando: a quem a Polícia Militar ou o próprio Governo quer enganar? A população? Ou será que pensam que estão enganando os bandidos, colocando uma viatura toda quebrada, onde os próprios bandidos estão dormindo e se escondendo da chuva? A viatura fica aberta, como se estivessem fazendo uma "blitz", enganando a população de boa-fé de Belo Horizonte.

Conversava com dois repórteres que estavam indignados e intrigados com aquela viatura parada diariamente, dando a todos a sensação de que estavam seguros com a viatura. Vejam que coisa fantástica, que idéia brilhante, trocar o policial armado por uma viatura velha para fazer o policiamento. Poderemos até estudar, ou pedir que psicólogos, antropólogos ou o próprio Governo nos expliquem essa idéia brilhante, em que homens armados estão sendo substituídos por uma viatura parada.

Sr. Presidente, o senhor pode levar essa idéia para São Sebastião do Paraíso. Leve duas viaturas velhas da PM para lá e não haverá mais crime.

Mas, pela ironia do destino, enquanto estávamos filmando e fazendo a reportagem, ocorreram três assaltos na entrada do viaduto. O rapaz que aparece no vídeo que fizemos havia ligado para o número 190 há meia hora, mas a polícia ainda não havia chegado.

Ele foi assaltado e, ao voltar ao mesmo local para tomar algumas providências, percebeu que duas senhoras também haviam sido assaltadas. Talvez, os bandidos que os assaltaram não sabiam que havia um policiamento ostensivo: uma viatura sem policial. Nós, que somos do interior,

temos de levar essa idéia para nossas cidades. Deputado Jésus Lima, Betim é uma cidade considerada violenta, leve para lá a idéia de implantação de algumas viaturas sem policiais. Essa ação se chama espanta-bandido. O bandido será enganado, pensará que há policiamento e deixará de cometer seus crimes. Que idéia fantástica!

Talvez essa idéia tenha surgido para justificar o corte de verbas que a Secretaria de Planejamento tem feito na Polícia Militar. Uma viatura parada num determinado local por dois ou três meses não gera despesas. Ela não roda, não gasta gasolina e não precisa de policial. Considero importante destacar isso, pois é uma nova forma de policiamento.

A imprensa deve olhar a idéia fantástica do Governo Estadual de, por meio da Polícia Militar, colocar a viatura, sem policial, num ponto estratégico, no viaduto de Santa Teresa, a qual ficará lá por três meses. Estão enganando quem? Enganam a população de boa-fé. O bandido que passa por aquelas imediações sabe que ali não há policial. Ou será que a polícia acredita que bandido não é inteligente? Os bandidos são mais inteligentes do que a inteligência da polícia.

Estamos indignado com o que aconteceu ontem. Conclamamos a imprensa a nos ajudar nessa denúncia. Não podemos aceitar a farsa de o Governo dizer que houve a integração das polícias Militar e Civil na região metropolitana, onde matam em torno de 40 pessoas nos finais de semana.

Vimos que a população de Belo Horizonte está sendo enganada, pois não tem segurança e as viaturas da Polícia Militar não estão nas ruas. Elas não estão nas ruas por causa do descaso do Governo com a segurança pública, o qual investe em publicidade e engana a população.

Em Belo Horizonte, não vemos mais policiamento nas ruas, como há três ou quatro anos. Sabem por quê? Porque as viaturas não têm pneus nem gasolina. O orçamento da Polícia Militar é o mesmo de seis anos atrás e, na semana passada, ainda foi cortado em mais 10%. Como o policial trabalhará?

O Deputado Sargento Rodrigues fez uma maratona pelo interior do Estado. A maioria das cidades não possuem armamento. Isso precisa ser resolvido. Sou votado no Oeste de Minas, onde há duas cidades que não contam com viaturas e por isso já houve sete assaltos a Banco em menos de três meses. Sabem por quê? Porque o bandido que a polícia considera bobo sabe que lá não há policial. A cidade possui dois policiais que trabalham sem viatura. E o Governo diz que há viaturas em todas as cidades do Estado. Isso precisa ser esclarecido.

Por isso, Deputado Sargento Rodrigues, a Comissão Especial para levantarmos a situação das Polícias Militar e Civil vem em boa hora. Queremos cobrar do Governo a efetiva aplicação dos recursos da segurança pública. Sabemos que há dinheiro, pois aprovamos várias taxas que geraram recursos ao Estado para investir em segurança pública, que é um bom "marketing" para qualquer Governo.

O que aconteceu no viaduto da Floresta revolta qualquer homem de bem. O povo que mora naquela região, que passa todos os dias pelo viaduto ficará chocada ao saber que aquela viatura está lá, aberta e com rádio. Os bandidos, que são inteligentes, farão uma "blitz" com o carro da polícia, irão parar meia dúzia de veículos, assaltar os passageiros em nome da Polícia Militar e irão embora.

Que segurança tem a população? Queremos que a Polícia Militar venha a esta Casa explicar esse comportamento.

A quem eles querem enganar? À população de bem. O bandido sabe que lá não há carro. Quando estávamos lá - e o Sargento Rodrigues estava presente -, duas ou três pessoas foram assaltadas na entrada do viaduto, perto da Afonso Pena e da Rua da Bahia. Talvez a pessoa tenha chamado justamente a viatura que estava parada. Acontece, porém, que o fantasma daquela viatura poderia estar ocupado com outra ocorrência, e não pôde atendê-la. Eles a chamam de Viatura-Fantasma. Dessa forma, a viatura permaneceu lá, inerte. Olhem que fato fantástico. Que segurança oferece à população uma viatura depredada, abandonada em via pública? Volto a repetir: querem enganar a população de bem de Belo Horizonte. Quem passa pelo viaduto tem a primeira sensação de que lá há policiamento. O homem de bem pensa: "Ainda bem que aqui tem policiamento". Todavia, o policiamento não existe. Tentam enganar a população de bem. Os bandidos que agem naquela imediação devem estar rindo da polícia.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Parabeno-o pelo pronunciamento. É um absurdo o que vemos acontecer hoje no Estado de Minas Gerais. Muitas vezes os Prefeitos são obrigados a assumir uma responsabilidade do Estado e passam por muitas dificuldades. Algumas pequenas Prefeituras têm de conseguir combustível para colocar na viatura da polícia; fazem das tripas coração para conseguir um pneu para colocar em uma viatura ou em uma moto. As pequenas Prefeituras enfrentam enormes dificuldades. Infelizmente, o Governo do Estado transfere aos Prefeitos essa responsabilidade.

Vimos que o Governo do Estado adquiriu alguns veículos com o dinheiro que veio do Governo Federal. E o que ele fez? Enviou as viaturas novas para uma ou outra cidade, e as velhas, o calhau, que praticamente não tinha condições de uso, para o interior. Ou seja, entregou-as aos Prefeitos para que se virassem. Muitas vezes os veículos encontram-se sem pneus e com o motor fundido. Como esses Prefeitos conseguirão dinheiro para consertá-los? Trata-se de elefantes brancos, pois de nada adiantará. Os carros ficarão parados, porque não possuem condições de uso.

A situação é muito difícil. Fiz uma visita aos alunos da Academia de Polícia Civil - ACADEPOL. É lastimável o que acontece com os mais de 700 policiais que se formarão agora, em março. Essas vagas são para o interior. Eles estão aqui em Belo Horizonte, na ACADEPOL. Recebem uma bolsa no valor de R\$530,00 para custear moradia, alimentação e transporte. Ressalto que essa bolsa já ficou em atraso durante três meses. Os nomes dos policiais que não conseguiram cobrir um cheque emitido a um supermercado ou pagar o aluguel foram incluídos no SPC. Ademais, foram ameaçados de ser expulsos da academia. Aliás, muitos foram expulsos, mesmo em uso do seu pleno direito. Infelizmente, o Governo do Estado é que não pagou a bolsa em dia. Por causa disso, esses policiais, que haviam prestado concurso, foram excluídos da corporação. Muitos policiais me disseram que almoçavam manga porque não tinham dinheiro para comprar comida. Trata-se de uma grande falta de sensibilidade.

Nota-se também uma discrepância quanto ao número de policiais de muitas regiões. Há muitos anos, no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba há número insuficiente de policiais militares e civis. Infelizmente, o critério utilizado hoje pelo Governo do Estado - não só este, mas outros Governos - é o político. Ou seja, não considera a necessidade das regiões mais carentes, onde os índices de criminalidade mais crescem.

Por isso, essa Comissão Especial é muito importante. Discutirei com o Bloco PT-PCdoB, pois quero fazer parte dessa comissão, ajudar, contribuir. A segurança pública é um grande problema. Estamos brigando pela volta do helicóptero para Uberlândia, conforme prometido pelo Governador Aécio Neves, durante a campanha, no segundo turno. Estamos de olho. Além disso, o Governador prometeu que Uberlândia seria referência na área de segurança pública, não só para Minas Gerais, mas para todo o País. Podem ter certeza de que iremos cobrar essa promessa do Governador.

Queremos que esse mesmo tratamento seja dado a Belo Horizonte e à Região Metropolitana, enfim, a todas as cidades de Minas Gerais. A segurança pública tem de ser tratada com seriedade. Ações como essa a que se referiu V. Exa. não são sérias. Colocar viatura para inglês ver, sem um policial dentro, é brincadeira. Fazer isso é ludibriar, mexer com a inteligência do povo mineiro. Pretendo contribuir com a comissão.

Mais uma vez, parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte)* - Caro Deputado Antônio Júlio, no ano passado a arrecadação com a taxa de segurança pública chegou a quase R\$400.000.000,00, no entanto menos de R\$150.000.000,00 foram investidos na área, e o restante dos recursos foi para o buraco negro, o caixa único do Estado.

Fala-se em déficit zero, e o contador do Estado foi trocado. Zerou-se o déficit, ou melhor, pararam de investir nos serviços essenciais para a população, como segurança pública. No Governo passado, chegou a ser investido, só pela antiga Secretaria de Segurança Pública, de R\$16.000.000,00 a R\$18.000.000,00. Hoje a Polícia Civil - isso pode ser confirmado pelo nosso Chefe de Polícia, Dr. Otto - gasta menos de R\$10.000.000,00, ou seja, quase a metade.

Quanto à área de educação, com o Professor Murílio Hingel foi feita a revitalização da rede física do Estado, com várias obras de construção de escolas. Hoje a Secretaria está minguando, pois conta com orçamento pequeno e não consegue sequer arrumar sua rede física. O orçamento na área de saúde também foi muito diminuído.

Ontem tivemos a tristeza de ver a viatura-fantasma comandada pelo Soldado Pluft e pelo Cel. Gasparzinho, o grande investimento em segurança pública. Numa era virtual de globalização, talvez esse seja o novo modelo de segurança.

Deputado Antônio Júlio e demais pares desta Assembléia, infelizmente a vida não é virtual, razão pela qual não podemos ter nem o Cel. Gasparzinho nem o Soldado Pluft tomando conta da nossa vida e da de nossos filhos. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Agradeço as palavras dos Deputados Weliton Prado e Adalclever Lopes.

Talvez também estejamos sendo enganados. Hoje, com a era da informática, com toda essa tecnologia virtual, como bem disse o Deputado Adalclever Lopes, talvez a Polícia Militar tenha coronéis-fantasma e guardas-fantasmas, que não estamos vendo, mas que estejam prestando um bom serviço à população de Belo Horizonte.

O que vimos ontem nos deixou revoltados. Não estamos fazendo denúncias vãs, infundadas. Estivemos lá e registramos tudo por meio da TV Assembléia, que fez a reportagem. A Polícia Militar acha que está enganando quem? Estou indignado. Não fui enganado, Deputado Sargento Rodrigues, porque passei por lá durante cinco dias e percebi que havia enganação.

A presença de uma viatura, às vezes, pode trazer alguma inibição para o bandido, o que não é o caso de uma viatura permanente, abandonada sobre um viaduto importante, como o da Floresta. Estão enganando quem, Deputado Rêmoló Aloise? Se essa for a solução, levarei cerca de três viaturas para minha cidade, Pará de Minas, onde acontecem em média 12 assaltos por dia. Talvez seja repelente de bandidos. Trata-se, quem sabe, de tecnologia avançada que não conhecemos. Talvez aquela viatura tenha repelente, e o bandido não passe perto dela. Quem sabe existe algum tipo de raio que espante bandido, como se esse possuísse um "chip" que o denunciasse. Quando ele passa perto da viatura abandonada, sente algo e vai embora, Deputado Irani Barbosa.

Veja que coisa fantástica: bandido em Minas Gerais terá "chip", e a Polícia usará carro abandonado. Trata-se de repelente de bandidos.

Você, que é um cidadão belo-horizontino, merece entrar também nessa luta, e, se for o caso, a gente parabeniza o Governo do Estado por essa idéia inovadora. É fantástico ver uma viatura abandonada em cima de um viaduto, há mais de três meses, resolvendo o problema de policiamento na Capital. Não há policial nessa viatura.

Parece que o Governador do Estado está chegando à conclusão de que o problema da violência são os componentes da Polícia Militar. Não acreditamos nisso, porque achamos que a nossa polícia é correta e constituída de homens que têm dedicado sua vida à corporação. Os policiais estão desanimando de ser policiais porque muitas vezes não têm condições de trabalho.

Vou dizer que vou ficar bem repetitivo para que todo o mundo entenda o que estou falando. Então, vamos trocar os nossos policiais por viaturas usadas, quebradas, sem condições de funcionar, para inibir o crime e servir como repelente. Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. foi policial por muitos anos e talvez não tenha conhecido essa tecnologia, que parece merecer o nosso apreço. Podemos continuar a avançar nessa discussão chamando o Comandante ou os moradores da Floresta e de Santa Tereza para sabermos como se evoluiu no combate ao crime.

Em 20 minutos que estivemos no bairro, assistimos a três assaltos. Essa viatura pode ter inibido mais assaltos, mas essa tecnologia de repelente talvez não atinja uma distância de 30m a 40m da viatura. Então, ali perto ainda se pode fazer bandidagem. Hoje, transitar em Belo Horizonte é sair sem saber se volta porque é como se fosse a uma guerra. O que aconteceu ontem é uma coisa lamentável.

Por isso, queremos que o Comandante do 1º Batalhão, ao qual a viatura pertence, explique que tecnologia é essa da viatura-fantasma no Viaduto Santa Tereza. Então, essa viatura talvez seja repelente de bandido.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, eu também não tive conhecimento dessa operação-fantasma da Polícia Militar. Acho que V. Exa. deve ter visto apenas uma viatura enguiçada e não tenha percebido. Isso está ocorrendo muito no Estado, porque às vezes a viatura não tem tempo de ser deslocada para os quartéis por estarem desgastadas por mais de cinco anos de uso e já não suportarem andar pelas nossas ruas e pelas do interior, que estão esburacadas.

Deputado, o problema não é só esse, porque já há falta de recursos há vários Governos. Há outros aspectos que vêm contribuindo para o aumento da criminalidade, principalmente em Minas Gerais. Há mais de 40 cidades, sedes de comarca no Estado, que nem sequer têm policial, viatura policial nem Delegado para darem andamento aos inquéritos.

É preciso visitar as nossas delegacias para ver a situação em que se encontram. Não diria ir às delegacias da Zona Sul, porque estas têm muita gente que as ajuda e se encontram em lugares que dão muita visibilidade política e têm recursos para funcionar. Mas as delegacias periféricas, não só as de Belo Horizonte, mas as da região metropolitana, não têm recursos.

Deputado Antônio Júlio, grande parte do contingente das nossas polícias vivem em condições subumanas, pois seu salário não permite uma vida digna. Muitos moram em favelas onde a criminalidade, principalmente o tráfico de drogas, é bem-organizada. Quando o policial sai de casa para trabalhar, sua família permanece sob custódia das quadrilhas, que se encontram em vários pontos de Belo Horizonte e da Região Metropolitana. Quem contribui para isso? O policial civil recolheu-se, e quem assume seu lugar na investigação é o Ministério Público. Quando a Polícia Militar prende na rua um cidadão que reage, sendo necessário uso de violência, parece que sempre há alguém que filma o ocorrido e o leva à Comissão de Direitos Humanos, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, ao Bispo, ao Papa, fazendo com que todos fiquem contra a

polícia. O policial está sem autoridade. Quando o policial deixa o serviço, deixa também sua arma, passando a enfrentar o bandido da mesma forma que o enfrentamos, ou seja, à tapa.

O Governo Federal desarmou o cidadão de bem. Para quê? Para que ele possa morrer em paz? Sem reagir? Sem condições de exercer o direito à vida, que não é garantido pelo Estado nem pela polícia, que está despreparada e desarmada? A questão é muito mais grave que uma viatura-fantasma parada na ponta de um viaduto. Durante muito tempo, teremos de enfrentar esse problema que aflige a sociedade. Infelizmente, a sociedade, empanada, não enxerga o que está havendo e o que se está formando ao seu redor para proteger bandidos.

Há alguns dias, uma quadrilha assaltou um prédio de vários andares em uma rua da Zona Sul. Um Desembargador que morava no edifício teve seu apartamento assaltado. Será que assaltaram o prédio por causa do apartamento do Desembargador? Será que o apartamento do Desembargador foi assaltado por acaso? Ou será que os bandidos, que ele próprio beneficiava, tinham idéia do volume de valores que ele possuía em casa, atraindo uma quadrilha gigantesca? Até agora não se tem notícia. Será que o bandido que assalta o cidadão comum resolveu assaltar aqueles que os protegem e que têm dado guarida a essa crescente criminalidade? A situação é muito mais profunda e deve ser avaliada como tal.

Temos de cobrar do Governo Estadual, responsável pela nossa segurança, que promova alguma coisa para acabar com essa crescente criminalidade. Não é possível que a região metropolitana conviva com mais de 40, 50 assassinatos de pessoas inocentes somente aos sábados e aos domingos. Bandido não está morrendo. Quantas pessoas foram presas e permanecem sob custódia por estarem portando arma usada para crime? Há muita coisa por trás disso que precisa ser esclarecida. Não há segurança no Estado de Minas Gerais. Juntamente com V. Exa., tentaremos encontrar uma saída honrosa para a população. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Agradeço as palavras do Deputado Irani Barbosa. Antes de passar a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, "expert" em segurança pública, falarei sobre a farsa dos técnicos da Secretaria de Defesa Social, que, ao ministrarem qualquer palestra ou darem entrevista, deixam-nos deslumbrados. São projetos fantásticos, de uma teoria que nem é do Primeiro Mundo, pois o Primeiro Mundo permanece longe das teorias que a Secretaria tem implantado, como a integração das polícias, que cada vez mais se distanciam.

A distância entre as Polícias Civil e Militar em Belo Horizonte é como daqui até a China. E os técnicos da Secretaria de Fazenda e o Secretário Adjunto dizem: "Temos projetos inovadores e estruturadores e estamos implantando a gestão compartilhada". Qual ação V. Exas. viram dessas duas polícias? Há poucos dias, fizeram uma na zona boêmia do centro de Belo Horizonte, chamaram toda a imprensa, prenderam três vagabundos e fizeram um estardalhaço danado, como se isso fosse resolver a situação da bandagem na Capital.

Então, Deputado Sargento Rodrigues, a cada dia, vemos a Polícia Civil mais distante da Polícia Militar, uma querendo engolir a outra. Eles não conversam e não se entendem. E o Governo diz que está tudo bem, que está tudo aparelhado e definido e que as ações estarão dentro de um projeto único de integração, mas não é o que vemos.

Volto a repetir o que vimos ontem, quanto à viatura-fantasma no viaduto da Floresta, porque talvez alguém esteja ouvindo o nosso discurso e não saiba do que estamos falando.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre companheiro Deputado Antônio Júlio, cumprimentamos V. Exa. porque hoje, se a insegurança pública não é o primeiro tema que tem pautado os noticiários da nossa grande imprensa, é um dos mais importantes.

No que diz respeito à viatura que se encontrava no Bairro Floresta, no início do cruzamento da Rua da Bahia com a Rua Tamoios, estivemos ontem no local, juntamente com V. Exa. e com o Deputado Adalclever Lopes, e constatamos uma viatura Fiat Pálio do 1º Batalhão, que cobre a região central, cujos bancos se encontram completamente rasgados e faltam ainda parte do painel e das maçanetas, ou seja, o veículo se encontra em péssimo estado. Como foi designada uma Comissão pelo Presidente e tendo em vista a aprovação do requerimento de V. Exa. em Plenário, amanhã faremos um convite ao Cel. Sócrates, Comandante da Polícia Militar, para que compareça à Assembléia. Espero que desta vez o nosso requerimento seja atendido e que ninguém impeça que ele preste os devidos esclarecimentos. Se amanhã algum burocrata de plantão da polícia disser que aquilo trabalha no sentido da segurança objetiva... V. Exa. já esclareceu muito bem que não existe tal segurança, até porque a prova maior foi constatada "in loco". Num período de 30 minutos, ocorreram 3 assaltos. O Sr. Alexandre Branco, empresário que deu entrevista para a TV Assembléia - infelizmente estamos sem o aparelho que poderia lançar imagens no painel -, tem problemas de saúde, parece que é paraplégico, estava dentro do seu carro, foi assaltado exatamente naquele local. Ele ligou para o 190 e ficou aguardando por 30 minutos, porque foi orientado pelo radioperador que aguardasse ali. Nesse intervalo, viu duas senhoras serem assaltadas, e a viatura não chegou.

Portanto, queremos deixar claro que o problema da segurança pública está se agravando no nosso Estado. Fico feliz, Deputado Antônio Júlio, de ver os companheiros do PMDB agirem de maneira firme e coerente ao abordar o assunto com legitimidade. Foram ao local e constataram o ocorrido, assim como V. Exa.

Em entrevista gravada pela TV Assembléia, um cidadão foi ouvido e pôde fazer o seu desabafo. Sendo assim, essa história de segurança objetiva é conversa para boi dormir, mesmo porque o bandido e os menores infratores a conhecem. Então, corre-se o risco de aquela viatura se puder transitar e se for feita uma ligação direta ser levada. Aconteceu há pouco tempo na própria Polícia Militar de o pessoal da ROTAM prender quatro cidadãos fardados praticando assaltos. Imaginem se eles roubarem fardas novamente e fizerem "blitz", como acontece no Rio de Janeiro há bastante tempo.

Portanto, V. Exa. abordou com precisão.

Deputado Antônio Júlio, nesse período do recesso, percorremos o interior do Estado. Essa é uma das ações e funções político-parlamentares. Cabe ao Deputado ir ao interior e às bases para saber como se encontra o funcionamento da máquina pública estatal. Percorri várias cidades nos dias 17, 18 e 19.

Estivemos em Ninheira, no Norte do Estado, onde o destacamento da Polícia Militar não possui rádio de comunicação nem telefone. Há apenas cinco policiais, e a viatura se encontra em péssimo estado. A única arma de calibre grosso é uma escopeta calibre 12, que se encontra bamba e caindo aos pedaços.

Em Mata Verde, o Sarg. Chapadeiro, Comandante do destacamento, compra combustível com o seu próprio dinheiro, pois o Prefeito não deseja promover o convênio. Isso mostra a dependência cada vez maior da Polícia Militar. Trouxe as notas fiscais mostrando que o Sarg. Chapadeiro pagou esse combustível. Não há armamento pesado nem coletes à prova de balas também nessa cidade.

Deputado Antônio Júlio, o pior é que, quando convidarmos o Cel. Sócrates Edgar dos Anjos, V. Exa. entenderá que há orientação do Alto Comando da PM para procurar os Prefeitos a fim de realizar um convênio. Quer dizer, ir até lá e ficar subserviente, sofrendo as interferências políticas locais, pois a polícia fragiliza a sua autoridade.

Neste final de semana, estive em Divisa Alegre. Quando subimos a BR-116, denominada Rio-Bahia, observamos que ela é a última cidade na divisa com a Bahia. O trânsito é intenso. Às 18 horas, realizei uma reunião na Câmara Municipal. Estive com os Vereadores, o Vice-Prefeito e o Chefe de Gabinete do Prefeito. Constatamos que nessa cidade, que faz divisa com um Estado, que possui trânsito de rodovia federal, não há viatura, e os policiais não possuem armamento pesado. Há apenas 4 coletes para 11 policiais. Portanto, V. Exa. entende que a coisa é mais grave que se possa imaginar.

Em Bandeira, também não há viatura nem coletes, e o rádio está com problemas e falta combustível. É necessário que se promova o devido convênio.

Deputado Antônio Júlio, apresento um quadro a V. Exa. e, obviamente, ao cidadão que nos ouve. Essa realidade que V. Exa. constatou ocorre não somente em Belo Horizonte, mas também nesses municípios que visitamos. Com todo o respeito, não estou aqui para apresentar críticas à administração do Governador Aécio Neves, mas sim como parlamentar e representante de uma categoria da sociedade que clama por segurança pública. Aliás, estou preparando um relatório apontando essas falhas. Se o Governador permitir, entregar-lhe-ei em mãos para que tome providências.

Se não bastasse, o Deputado Irani Barbosa abordou a questão da Polícia Civil. Deputado Antônio Júlio, nos Municípios de São João do Paraíso, Ninheira, Berizal, Curral de Dentro, Cachoeira de Pajeú, Águas Vermelhas, Divisa Alegre, Divisópolis, Bandeira, Jordânia e Salto da Divisa não há Polícia Civil nem Delegado nem Escrivão. Os Municípios de Divisópolis, Mata Verde, Bandeira, Jordânia e Salto da Divisa precisam dirigir-se à Comarca de Almenara para conduzir um preso. Essas cidades ficam distante 60, 70, 80 e 100 quilômetros de chão de Almenara. Imaginem a dificuldade. Não há Delegado nem Promotor nem Juiz. Nessas regiões, a Polícia Militar é a única expressão do Estado.

Alguns municípios não têm viatura. É uma dificuldade muito grande para se fazer a segurança pública.

Em relação a esses municípios cujos nomes acabei de citar, todos estão na divisa do Estado da Bahia. Isso é mais uma preocupação que tem de haver por parte do Cel. Sócrates, Comandante-Geral. Portanto, temos de perguntar-lhe se já fez uma visita a esses destacamentos. Se isso ocorrer, perceberá que há muitas questões que não precisariam ser levadas ao Governador do Estado, pois poderiam ser resolvidas administrativamente. O grande problema é que, infelizmente, a burocracia e o costume dentro dela emperram tudo. O Comandante fica apenas no seu gabinete. Deveria ir a Bandeira, a Salto da Divisa para ver como funciona o policiamento da Polícia Militar e certificar ao Chefe da Polícia Civil que aquele município não dispõe de delegacia. Se não dispõe, é preciso avançar nesse sentido, pois não dá para fazer segurança pública sem a presença do Delegado de Polícia. Se um cidadão comete homicídio, precisa ser conduzido para se fazer o auto de prisão em flagrante e a remoção à justiça.

Se um cidadão sofre uma tentativa de homicídio ou mesmo uma ameaça, a Polícia Militar tem que se deslocar de 60 a 100 quilômetros de chão para fazer o registro de ocorrência na delegacia de Almenara.

Em uma outra região, que compreende São João do Paraíso, Ninheira e Berizal, a Polícia Militar tem que se reportar à Comarca de Rio Pardo de Minas. Nessas três cidades não há Delegado, nem Promotor, nem Juiz, apenas a Polícia Militar. Em Ninheira, Deputado Antônio Júlio, temos apenas três policiais, o Sargento, o Cabo e o Soldado. Este último está com problemas particulares, resolvendo problemas administrativos, ficando apenas o Sargento e o Cabo. Portanto, não há como folgar. São acionados 24 horas. O destacamento não tem rádio. Tem uma escopeta caindo aos pedaços e três revólveres calibre 38. Quanto às munições, sabe-se lá como estão.

Portanto, nobre companheiro Deputado Antônio Júlio, fico imensamente feliz de saber que V. Exa., bem como a Bancada do PMDB, que é expressiva, vêm abordando esse assunto com frequência.

O Deputado Irani Barbosa disse que temos de propor algo para buscar uma solução. Quero dizer-lhe que essa proposta já existe, pelo Projeto de Lei nº 823, de nossa autoria, relatado pelo Deputado Rogério Correia. Cada vez mais, tento sensibilizar os demais Deputados desta Casa quanto a esse projeto, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública. Ele destina as taxas de segurança pública a esse Fundo, com um conselho paritário formado pelas Polícias Militar e Civil, Poder Judiciário, pelo Ministério Público, pela OAB, pela Assembléia. Portanto, trata-se de um conselho que será fiscalizado por representantes desses órgãos e Poderes.

Deputado Antônio Júlio, temos que vencer essa luta. Não podemos deixar o crime avançar. No entanto, não se consegue fazer segurança pública sem verba carimbada, sem dinheiro vinculado. Caso contrário, ficaremos mendigando às Prefeituras.

Solicito a V. Exa. que apresente requerimento a fim de ouvirmos o Cel. Sócrates Edgar dos Anjos. Gostaria que o Coronel saísse do seu gabinete com ar condicionado, com cafezinho, com um "staff" maravilhoso, com um Ten.-Cel. como Chefe de Gabinete, com dois Capitães como Ajudantes-de-Ordens, ou seja, com todo um aparato, com toda a estrutura que a Polícia Militar oferece, e fosse visitar essas regiões.

Não estou aqui fazendo nenhuma crítica no intuito de denegrir a pessoa do Coronel, mas apenas fazendo-lhe um apelo para visitar os municípios mencionados. Por exemplo, só descobriram que Felisburgo estava sem viatura depois da chacinha.

Tenho certeza de que muitos problemas administrativos não precisariam chegar ao Governador. Temos, muitas vezes, oficiais trabalhando na área burocrática com pistola ponto 40, mas esses policiais que estão na ponta da linha não têm esse armamento.

Na cidade de Águas Vermelhas, o policial Comandante do destacamento, Sargento Walter, relatou-me que houve na localidade um assalto em que os bandidos os receberam com tiros de AR-15 e AK-47, no entanto os policiais possuíam apenas revólveres 38 e uma escopeta velha.

Tentaram reagir, mas não havia como. Como reagir a tiro de fuzil AR-15? Para o cidadão que não sabe o que é um fuzil AR-15, é uma arma utilizada por quadrilhas, principalmente cariocas e paulistas, especializadas em roubar carros-fortes, porque sua munição consegue romper a blindagem desses carros. É com isso que a Polícia Militar está deparando na divisa do Estado. O problema é sério e grave, e só temos uma saída. Assim como temos recursos vinculados para a saúde e para a educação, precisamos ter um fundo estadual para a segurança pública. Não falamos em criar taxas ou impostos. O cidadão já paga muito. Em 2001, o Estado arrecadou R\$114.000.000,00 em taxas; em 2002, R\$201.900.000,00; em 2003, R\$270.000.000,00; em 2004, R\$313.000.000,00, segundo a última informação da Secretaria de Fazenda. Portanto, Deputado Antônio Júlio, gostaríamos que o Governador avançasse nesse sentido. Vou fazer esse apelo ao Governador. Se 50% das taxas, cerca de R\$160.000.000,00, fossem vinculados à estrutura das forças da segurança pública do Estado, não precisaríamos mais nos preocupar com a falta de colete, de armamento pesado, de munição, de viatura, de combustível, do cartucho de impressora, do papel-ofício, e o pior, com as chantagens mesquinhas que alguns Prefeitos têm feito pelo interior do Estado. Falam, por exemplo, que se tal policial não for transferido, cortam o convênio.

Por outro lado, temos o Comando da Polícia Militar dizendo aos seus Comandantes de companhias, pelotões e destacamentos que devem procurar Prefeituras levando uma pastinha para fazer um convênio, para ver se a Prefeitura destina mensalmente R\$500,00, R\$1.000,00, R\$2.000,00, R\$3.000,00. É assim que a polícia vem mendigando no interior. Por essas razões, Deputado Antônio Júlio, tenho constantemente

ocupado a tribuna desta Casa para dizer que, quando há demanda de uma ocorrência policial e temos apenas um destacamento da Polícia Militar, aquele Soldado tem uma importância enorme na sua decisão. O policial precisa estar estruturado para que o poder local e a pressão econômica não influenciem na decisão da ocorrência policial. Não precisamos de polícia para "3P", precisamos de uma polícia para o pobre e para o rico, para o doutor e para o descamisado. Da forma como se encontram alguns destacamentos da Polícia Militar e algumas delegacias da Polícia Civil, não dá para fazer polícia para todos, mas apenas para os famosos "3Ps".

Quero cumprimentar V. Exa. novamente e dizer que fiz um apelo ao Deputado Rêmoló Aloise, Vice-Presidente desta Casa, para que coloque o projeto em votação. O Regimento da Casa é claro. O parágrafo único do art. 141 diz que, a requerimento, o projeto tem que vir à pauta. É o Projeto de Lei nº 823, Deputado Antônio Júlio. Queremos resolver a questão de uma forma ampla. Não vamos resolver somente para Maravilhas e Pequi, onde V. Exa. tem base política, ou para Pará de Minas, vamos resolver para todo o Estado. Com isso, os Deputados terão a tranquilidade de viajar e falar que temos segurança pública.

É uma vergonha quando entramos no Estado da Bahia. O descaso é completo, e estamos nessa linha divisória entre a Polícia Militar de Minas e o Estado da Bahia, tentando fazer o possível para que a criminalidade não avance.

Portanto, parabeno V. Exa. e peço que converse com sua bancada para que aprovemos o Projeto de Lei nº 823. Temos que vincular receita. Já cansei de debater esse assunto na Comissão de Segurança Pública. Enquanto não houver receita vinculada para a segurança pública, não vamos caminhar para uma solução. Estamos prontos para apartear-lo, cumprimentá-lo e dar o apoio que V. Exa. merece por ter levantado uma causa tão nobre no Plenário, nesta tarde.

Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues, "expert" em Polícia Militar. Gostaria de falar ainda sobre a burocracia que impera hoje na administração pública do Estado de Minas Gerais.

Há pouco tempo estive em Igarapé, visitando o comando do destacamento, e, para V. Exas. terem uma idéia, Deputado Jesus Lima, o Comandante de lá não tinha dinheiro para abastecer o carro. Então, ele tinha de vir até Belo Horizonte para pôr gasolina no carro. Ele andava 90km para abastecer o carro. Isso carece de explicações do Governo do Estado. Além de ele perder um tempo fantástico e deixar o policiamento à mercê da bandidagem, tem de andar um total de 90km para abastecer a viatura da Polícia Militar. Na verdade, ela se abastece apenas com a metade do tanque.

Então, essas burocracias que têm havido nessa administração devem ser revistas. Existe uma meia dúzia de pessoas que veio de fora, consultores contratados pelo Governo, que não conhecem a realidade do Estado de Minas Gerais. Não sabem onde fica Pequi nem Rio Vermelho. Um deles não sabia nem mesmo onde ficava Uberlândia, que, depois de Belo Horizonte, é a "Capital mineira", principalmente do Triângulo. São esses consultores que estão levando o Estado de Minas Gerais a esta situação que ele está vivendo. Se não fosse essa blindagem feita pelo Governo do Estado na imprensa, já que ela não pode divulgar o que está errado, o Governador, com certeza, teria tomado algumas providências. Devemos cobrar dele, pois é ele o nosso Governador. Não adianta cobrarmos do Soldado, do Sargento nem de nenhum outro que seja, pois quem comanda o nosso Estado é o Governador.

Tenho dito aos Prefeitos e a meus amigos políticos que na administração pública nem sempre o dinheiro é o mais importante. Não adianta o Governo, a Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Planejamento dizerem que não há recursos para o planejamento. O que não existe é vontade política de resolver o problema. Para enfrentar essa bandidagem, o primeiro passo é ter coragem e vontade de fazer. Ainda que se aprove o Projeto de Lei nº 832, do Deputado Sargento Rodrigues, ou se tenha dinheiro vinculado, sem vontade para enfrentar o problema, com certeza, nada irá mudar.

Estou preocupado, por isso levantei essa questão. Desejamos discutir a insegurança do Estado de Minas Gerais e o que vem ocorrendo com as Polícias Civil e Militar, pois, na semana passada, cortaram mais 10% do orçamento da Polícia Civil, que já não tem dinheiro para a gasolina. Uma regional recebe, Deputado Rêmoló Aloise, R\$400,00 por mês, para fazer toda a despesa de custeio. Estão brincando de administrar a segurança pública no Estado de Minas Gerais. As pessoas talvez não estejam sentindo na pele o que nós, parlamentares, sentimos, porque somos cobrados pela população e porque não vivem o dia-a-dia, o "tête-à-tête" com as pessoas do interior.

Está todo o mundo apavorado. Em qualquer lugar que você for hoje já não existe aquela idéia de se mudar para o interior por ser mais tranquilo. O interior ficou pior porque hoje os bandidos estão descobrindo que lá não existe policiamento e a população ficou à mercê dos delinquentes. Em nossa região, eles passaram a assaltar festas. Saqueiam tudo, e ninguém pode reagir nem se manifestar. Há pouco tempo, na minha cidade, Pará de Minas, fizeram um assalto a uma festa onde havia dois Delegados, dois Coronéis e três Escrivães de Polícia. Eles chegaram prendendo todo o mundo e levaram os carros. Essa é a insegurança que estamos vivendo.

Deputado Sargento Rodrigues, para encerrar, alerto a população de Belo Horizonte e os parlamentares para essa nova tecnologia implantada em Belo Horizonte. Trata-se de uma viatura-fantasma, repelente de bandido. É importante refletirmos sobre isso. Vale a pena ir até lá para ver e tirar uma conclusão, pois podemos estar fazendo juízo equivocado. Quem sabe aquilo dê resultado? Ao invés de haver três assaltos em 20 minutos, como ocorreu, sem a viatura poderiam ter sido 10. Talvez tenha havido uma diminuição de 70% dos homicídios com esse esquema de repelente de bandido que a Polícia Militar implantou no viaduto da Floresta.

O Deputado Sargento Rodrigues - Deputado Antônio Júlio, recentemente houve um assalto na cidade de Florestal, ao sítio do Delegado Regional de Divinópolis, Lúcio Nogueira, que foi morto pelos bandidos, quando estava descansando no final de semana, com sua família. Vejam a dimensão e o avanço da violência, que, cada vez mais, vem assombrando nosso Estado.

Deputado Antônio Júlio, já que foi criada a comissão, peço a V. Exa. que encabece um requerimento para convidar o Cel. Sócrates Edgar dos Anjos, Comandante-Geral da Polícia Militar, para uma audiência pública, a fim de debatermos todos esses assuntos. Nós, Deputados, viajamos constantemente e temos informação sobre a segurança pública.

Peço a V. Exa. que encabece um requerimento para a realização de audiência pública da Comissão de Segurança Pública. Depois de V. Exa., gostaria muito de assiná-lo, pois é necessário que o Coronel venha prestar esclarecimentos sobre a questão da segurança pública no Estado. Gostaria de contar com V. Exa. nesse sentido.

O Deputado Antônio Júlio* - E pode contar, Deputado. Estou em uma posição muito tranquila. Quando cobro do Governo, espelho-me em ações que eu mesmo pratico. Resolvemos o problema da penitenciária em Pará de Minas, mas, se não tivéssemos tido coragem - a mesma coragem que cobro dos governos -, não teríamos a penitenciária. Enfrentei a Igreja Católica e diversas pessoas, que se manifestaram contra sua criação, porque tinha a certeza de que era necessária para a região sua construção.

Há muita hipocrisia e mentira nisso tudo. Quando Presidente da Assembléia, presidi duas ou três reuniões sobre segurança pública e, na última, disse que era preciso pararmos com as reuniões, pois todos sabíamos o que seria dito. Há muitos projetos, mas eles são acadêmicos e estão servindo de estudo para os especialistas da área que querem examinar o assunto; entretanto, na prática, nada disso funciona, Deputada Maria Tereza Lara.

Agora temos que entrar mais efetivamente no mérito da questão. Como Presidente da Casa, na abertura de uma reunião com várias autoridades do Ministério Público, do Judiciário e do Comando da Polícia Militar e da Polícia Civil, disse que o povo já não agüentava saber de reuniões para tratar de segurança pública, pois o que iríamos discutir já fora discutido durante três ou quatro anos e seriam ditas as mesmas coisas, e nada mudaria. A não ser que seja efetiva a tecnologia da Polícia Militar de colocar uma viatura que não funcione em ponto estratégico para agir como repelente de bandido. Se isso ocorrer, teremos que repensar todo o nosso posicionamento.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, bem conheço seu posicionamento, sobretudo na Comissão de Defesa do Consumidor, sempre na defesa intransigente dos direitos do nosso povo.

Em relação à segurança pública, concordo com V. Exa. que é um problema dos mais graves de Minas. Poderia dizer que é o mais grave de todos, pois há muitas vidas sendo ceifadas. Como exemplo concreto, temos Betim, onde não houve carnaval de rua, pois 12 jovens foram assassinados, o que vem acontecendo todo final de semana.

Como sabemos as causas, não podemos ficar apenas no discurso de forma alguma. Precisamos cobrar um posicionamento. Sabemos que essa é uma competência prioritária e uma obrigação do Governo do Estado, mas sabemos também que deve haver de fato uma cooperação das Prefeituras e do Governo Federal, pois o problema já extrapolou.

Como V. Exa. já disse, isso depende de vontade política. Tenho o maior respeito pela Polícia Militar e pela Civil como instituições, mas sei que há problemas gravíssimos a serem resolvidos concretamente. Não podemos camuflá-los. Infelizmente existem pessoas nas polícias sem compromisso com a defesa do povo mineiro. Esse é um dos problemas. Precisamos colocar o dedo na ferida.

A outra questão diz respeito ao tráfico de drogas, principal causa dos homicídios e assaltos. Na Câmara de Betim, realizamos audiências públicas e propusemos uma força-tarefa com a representação das três esferas do Poder e das entidades, como a OAB e o Ministério Público, para que ações concretas fossem efetivadas. Estamos aguardando os encaminhamentos.

Somo-me a V. Exa., pois nós, desta Casa, temos a grande responsabilidade de promover uma mudança nesse campo, contribuindo com o Governador do Estado, que detém essa obrigação. O povo de Minas, sobretudo os jovens, está morrendo em todos os finais de semana, principalmente na Região Metropolitana. Betim, por sua vez, tem sido campeã em assassinatos de jovens. Contem conosco, a fim de darmos passos concretos para a solução desse problema gravíssimo.

O Deputado Antônio Júlio* - Agradeço as palavras da Deputada Maria Tereza Lara.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade concedida ao PMDB de levantar essa questão. Essa será a grande bandeira do nosso partido. Pretendemos defender o povo. O nosso partido, que tem história no Estado, pois mudou o rumo e defendeu o povo contra a ditadura militar, pretende também defendê-lo contra o descaso do Governo do Estado, em especial em relação à questão da segurança pública.

Sr. Presidente, pela sua importância, esse tema teria de ser exposto hoje, a fim de realizarmos uma grande discussão, não teórica, como tem sido até agora, mas prática, para decidirmos o que será feito, pois o resto é balela e enganação do Governo e das pessoas que estão no comando das Polícias Militar e Civil. Obrigado pela deferência e pela oportunidade de iniciarmos uma discussão. Não pretendemos realizar reuniões em Plenário, porque o povo não suporta isso mais e deseja saber o que as Polícias Militar e Civil e o Estado farão em prol do cidadão. Poderia até ser explicado como essa tecnologia da Polícia Militar, que pode ser fantástica, será repelente contra bandido. Até isso tem de ser discutido.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Jésus Lima* - Obrigado. Farei uma discussão importante para Betim e todo o Estado. Ontem tive uma reunião com os funcionários da saúde de Betim. No encontro, eles denunciaram o sucateamento do setor. Não é possível que a situação permaneça dessa forma. Eles falaram sobre as condições dos funcionários, das condições de trabalho e do controle social da população. O serviço público de saúde do município já foi referência em Minas. Quando o Governador Itamar Franco foi eleito, tomou como base o trabalho que desenvolvíamos como Prefeito na área de saúde da cidade.

Estou aqui para denunciar o atual caos. Faltam médicos, enfermeiros, psiquiatras e psicólogos. Desde que saí, não há concurso. Hoje, 50% dos funcionários são contratados e trabalham sob perseguição política, ou seja, não podem "abrir o bico". Não podem falar nada porque são perseguidos, caso falem sobre o sucateamento da saúde pública local.

Quando fui Prefeito, estávamos qualificando um sistema de saúde, trabalho iniciado quando fui Vice-Prefeito. Vivemos uma época difícil. O Governo do Estado fez a Lei Robin Hood, e perdi um ano de arrecadação, pois foram 25% durante quatro anos. Mesmo assim, mantive os salários e empregos de todos os funcionários, e aumentei a remuneração dos trabalhadores da saúde. De que forma? Criamos um modelo em que o funcionário de melhor produtividade recebia um "plus" em seu salário. Os aumentos eram por unidades. Havia critérios para que houvesse aumentos. Entre eles, atendimento melhor à população, se todas as crianças estavam cuidadas e o menor índice de reclamações. Se a unidade atendesse os critérios, os funcionários tinham um aumento de salário. Ou seja, isso era bom para os funcionários e para os usuários, para a população. O aumento estava vinculado à melhoria da prestação de serviços.

Dentro desses critérios de aumento para os funcionários, conforme o desempenho, algumas unidades tiveram aumento de até 100%, outras de 70%. É claro que outras unidades não tiveram condições de usufruir porque não tiveram bom desempenho. Era isso o que queria falar, mas fui interrompido na 1ª Fase.

Em relação às condições de trabalho, o que se tem em Betim em termos de infra-estrutura de saúde foi construído nos dois governos do PT. Quando fui Vice-Prefeito, construímos o hospital, as UAIs e as Unidades Básicas de Saúde. No primeiro mandato do PT, construímos a infra-estrutura. Como Vice-Prefeito, tive o prazer de colocar o Hospital Regional para funcionar, CTI, pronto-socorro, cirurgias, ou seja, o hospital funcionou mesmo quando fui Prefeito daquela cidade. Ganhamos vários prêmios pela qualidade com que o hospital funcionou. Construí, como Prefeito, as Unidades Básicas de Citrolândia, de Caiver e de Imbiruçu, três boas e grandes Unidades Básicas de Saúde, e prestamos um serviço de boa qualidade. Equipei e coloquei para funcionar o Hospital Regional, ou seja, o mobiliário e a estrutura de hoje foram construídos pelo PT naquela cidade. O Hospital Regional era referência, em que funcionários e pacientes recebiam alimentação de qualidade. Hoje, a alimentação se reduz a ovo, arroz, macarrão. Antes, havia alimentação de qualidade até para os acompanhantes, mas hoje isso não acontece.

Ontem também foi denunciada a falta de gerentes, pois baixou-se o salário desses funcionários nas unidades de saúde e vários deles, para continuar, optaram por ter dois cargos, ao invés de assumirem a gerência.

Além disso, há indícios de corrupção na área da saúde. Um funcionário chegou a relatar que o mesmo brinquedo que custa R\$1,99 nas lojas custa R\$38,00 na tabela apresentada.

O que o atual Governo daquela cidade fez para a área de saúde? Naquela época governamos em face de um Governo Federal que era contra o PT. Hoje, o Governo Lula dá apoio e aumenta a arrecadação, os repasses para o município aumentaram, mas os serviços de saúde caíram drasticamente.

Há controle social? O mais importante no serviço público é a participação da população, que acompanha, fiscaliza e dá sugestões. O Conselho de Saúde era modelo, pois o Secretário de Saúde não era o Presidente. Os conselhos foram criados pela Constituição de 1988 para que a sociedade civil pudesse participar, mas muitos Prefeitos fazem dos conselhos um anexo da Prefeitura, um "conselho chapa-branca", que, ao invés de ajudar, atrapalha o trabalho da Prefeitura.

Essa é uma visão equivocada, míope, dos Prefeitos que deixam de incentivar a participação da sociedade civil nos conselhos.

Hoje o conselho local de saúde e o Conselho Municipal de Saúde são pró-forma, criados apenas para receber as verbas do Ministério da Saúde. São "conselhos chapa-branca" que não funcionam, cujos membros são indicados por pessoas da Prefeitura. A população não tem condições de fiscalizá-los. Essa visão míope da Prefeitura atrapalha o próprio serviço público, pois, ao quererem controlá-lo, perdem com a falta de participação da população. Ou seja, hoje não há controle social do trabalho desenvolvido pela Prefeitura de Betim.

Qual o resultado de uma política sem transparência, sem participação popular e sem investimento, que, quando existem, há indícios de corrupção? Um serviço público de péssima qualidade. As pessoas que acreditam no serviço de saúde de Betim são as que estão chegando lá agora, vêm de outros municípios e, depois de esperar numa fila, conseguem algum tratamento. As pessoas que presenciaram nosso trabalho sabem a diferença entre o serviço de qualidade implantado por nós e o serviço prestado por aquele Governo.

Qual o serviço público prestado? Estive, de madrugada, nas filas da unidade de saúde de Divino Braga. Lá, presenciei o fato de um senhor que chegou às 20 horas só ter sido atendido às 9 horas do dia seguinte. A fila estava com mais de 1km. E alguns Deputados dizem que a saúde está boa. Ressalto que, na minha época, contávamos com ambulâncias que funcionavam e um serviço integrado. Havia também outros carros disponíveis para o atendimento da saúde.

Lembrei-me de que estive no Bairro Alvorada, em Betim, visitando um senhor que sofreu derrame. A filha dele, que recebia um salário de R\$300,00, chorou, porque na época em que eu era Prefeito, o pai recebia um tratamento. O carro da Prefeitura sempre o pegava e o levava à fisioterapia. Além disso, de vez em quando, um médico passava em sua casa para ver como ele estava. Ou seja, havia a internação domiciliar. Hoje, cortaram a fisioterapia, o carro que o levava e as visitas médicas. Essa senhora me disse que não tinha condições de pagar o tratamento. Por esse exemplo vemos que a internação domiciliar não existe mais.

Quando eu era Prefeito de Betim, havia o vale-transporte. A pessoa ia ao posto de saúde, e se, por acaso, não era atendido, recebia o vale-transporte para se deslocar a outra unidade de saúde. Hoje não se fala mais nisso.

Outro serviço que implantamos na cidade, com sucesso, refere-se ao Cartão-Saúde. Havia um médico que atendia, se não me engano, a 1.800 pessoas. Havia uma relação entre o médico e o paciente que se conheciam bem.

Com isso, os custos para a Prefeitura diminuía. Os medicamentos repassados às pessoas também diminuía. Existia um tratamento particular, um atendimento personalizado dentro do sistema público. Era esse o sistema de saúde que funcionava em Betim. Havia uma economia para a Prefeitura. O que acontece hoje? A pessoa vai à unidade de saúde e o médico prescreve-lhe um remédio. Depois de alguns meses, a pessoa volta, e o médico pede exames e prescreve-lhe outros remédios. Conseqüentemente, a situação se transforma em uma celeuma, pois o paciente já não sabe que remédio usar, enquanto o próprio médico fica sem saber qual é o melhor medicamento. Essa celeuma geral encarece o serviço público e não atende às pessoas na ponta, provocando esse caos em que se encontra a saúde do Município de Betim.

Havia 80 tipos de medicamentos à disposição da população. Quando faltava algum tipo, o que acontecia às vezes, alguns Deputados, que, na época, eram Vereadores, detonavam, faziam arruaça. Hoje, estão lá, na Prefeitura. Ressalto que, atualmente, não faltam apenas 80 tipos de remédios, mas a maioria dos que colocávamos à disposição da população. Ou seja, hoje falta até dipirona. Há outro aspecto importante. Para fazer exames, as pessoas tinham o trabalho apenas de ir até a Unidade Básica de Saúde para colher o sangue, o material. Depois, a Prefeitura, por intermédio do agente de saúde, levava o resultado à casa do paciente.

Ao perguntarmos como está a situação hoje, ficamos sabendo que as pessoas têm de acordar de madrugada para pegar uma ficha. No outro dia, têm de voltar, enfrentar outra fila para serem atendidas. Há, aqui, Deputado que diz que esse serviço de saúde está bom. Além disso, esses exames eram entregues em um prazo de 10 a 15 dias; hoje, esse tempo passou para quatro, cinco meses ou mais. Quando o exame chega, muitas vezes o paciente nem existe mais.

Atualmente, enfrenta-se fila até para pegar remédio. Com o intuito de conseguir um "jeitinho", as pessoas costumam recorrer a um Vereador da cidade. Ou seja, quando uma pessoa precisa de um remédio, de uma consulta, às vezes tem de correr atrás de um Vereador, de um político, para ver se consegue um remédio, uma consulta. A saúde de Betim voltou à mesma situação de dez anos atrás. Nessa época, para conseguir uma ultra-sonografia, a pessoa tinha de ir ao gabinete do Prefeito para pegar uma autorização. Essa é a política de saúde desenvolvida hoje na cidade de Betim. Quando eu era Prefeito, o atendimento nas UAs demorava em média 30 minutos, no máximo 1 hora. Como se não bastasse, ainda estávamos trabalhando para diminuir esse tempo de espera. Hoje, espera-se, em média, 3 ou 4 horas na fila.

A melhor prova de como funcionava o nosso serviço de saúde é a de que, quando sofri o atentado, tive o prazer de ser tratado em um hospital por mim administrado, o Hospital Regional de Betim. Pergunto ao atual Prefeito, ao Deputado daquela cidade que defende o atual Governo - tem de fazê-lo, pois recebe dinheiro da Prefeitura -, se eles têm coragem de se tratar no Hospital Regional da cidade de Betim, hoje. Eu tive, mas não tenho mais. Com certeza, eles também não têm.

O povo sofre com essa situação. Olhem, na minha época, a arrecadação da cidade de Betim girava em torno de R\$250.000.000,00 por ano. Ou seja, somando-se o que se arrecadava em quatro anos e dividindo-se o resultado por quatro, chegava-se a esse valor. Hoje, a Prefeitura de Betim arrecada R\$500.000.000,00. A arrecadação dobrou, mas os serviços de saúde pioraram drasticamente. Essa é a realidade. Pergunto: como o atual Prefeito, apesar do caos nas áreas da saúde e da segurança pública, consegue se reeleger?

Todos sabemos do papel que tem o dinheiro no processo eleitoral. Todo Deputado sabe que o poder econômico desvirtua a democracia. Com meio bilhão de reais, imaginem o que fizeram comprando, manipulando, enganando as pessoas com propaganda falsa e mentirosa. O poder econômico predominou nas eleições municipais daquela cidade. O dinheiro foi capaz de comprar o necessário para que continuassem governando o município.

Estou aqui para denunciar a situação da saúde a pedido dos funcionários. Solicito que a população também se mobilize para que possamos reconstruir um sistema de saúde pública que funcione, como o que fizemos na cidade de Betim: um SUS que funcionava, que atendia à população mais pobre que precisava de saúde gratuita e de qualidade, não uma saúde de tapeação, como ocorre hoje.

A Prefeitura dá dinheiro para um Deputado, que compra ambulâncias e sai fazendo gracinhas. Coloca seu nome em todas as ambulâncias, o que faz parecer que utilizou seu próprio dinheiro e não o da Prefeitura. É repassada mensalmente uma verba volumosa para o gabinete desse Deputado, para que faça gracinha com o dinheiro público. Ele, então, segura o dinheiro após as eleições e, quando falta um ano para a nova eleição, começa, com o dinheiro da Prefeitura, a rodar com as Kombis, dando carona para todos. Veículos sem a menor condição de tráfego são transformados em ambulâncias, que transportam pessoas e fazem mudanças. Também são doadas batatas e verduras, para enganar as pessoas. Essa é a política da saúde, ou melhor, da doença, que se desenvolve, porque ocorre o tipo de política do quanto-pior-melhor. Permanece o tipo de político que gerencia dessa forma a coisa pública. Esse é o estilo de fazer política, de fazer doença, que predomina na cidade de Betim.

Registro nesta Casa como está o sistema de saúde que criamos, mas que está se deteriorando, sendo sucateado. Realmente, considerando a filosofia predominante na cidade, claro que quanto pior melhor para que esses políticos permaneçam na política. Temos de dar um basta a essa situação para construirmos uma política universal, grande, de atendimento igualitário, em que todos saibam o destino dos recursos públicos. Somente nessa direção teremos saúde pública gratuita e de qualidade, não somente em Betim, mas também no restante do Estado. Precisamos construir nova cultura política, resgatando aquela que fizemos naquela cidade.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Cumprimento nosso companheiro Deputado Jésus Lima, que chega a esta Casa com muito entusiasmo. Concordo com V. Exa., de fato, a situação da saúde em nosso município é gravíssima e caótica.

Durante os oito anos do mandato pelo PT, com Maria do Carmo e, posteriormente, com V. Exa., foi construída e mantida a estrutura da saúde. Os trabalhadores tinham oportunidade, por meio do Conselho Municipal de Saúde, de elaborar o Orçamento Participativo em torno de toda essa estrutura do SUS, que, aliás, chegou a ser modelo nacional.

Reforçarei aqui alguns pontos já citados. Quanto à questão do controle social, não há mais participação efetiva da sociedade organizada, mas, muitas vezes, manipulação na organização e na participação do próprio conselho. Além disso, nas unidades de atendimento imediato, sobretudo a Sete de Setembro, próxima ao local onde trabalhamos, que fica no Centro da cidade, existe superlotação. Pessoas doentes ficam sentadas nas cadeiras e nas macas por horas.

Precisamos solicitar à Comissão de Saúde desta Casa, em conjunto, que visite essa unidade e veja a situação. Além disso, gostaria de mencionar dois acontecimentos que não são pontuais, mas consequência desse caos instalado.

Recentemente, um dentista teve de se submeter a uma cirurgia de urgência. Pelas informações que obtivemos dos funcionários do hospital, o médico, que era recém-formado, portanto, sem experiência para ocupar o cargo, cortou uma artéria do dentista, pai de duas crianças, que morreu na mesa de cirurgia.

A família nos procurou, mas estava dividida, porque alguns queriam a apuração, mas outros não. Sabemos que há esse temor das famílias, porque, às vezes, há receio de sofrerem alguma retaliação. Em face dessa divergência, a denúncia não foi oficializada. Não podemos fazer alguma denúncia sem que a própria família a autorize. De fato, em primeiro lugar, cabe à família autorizar a denúncia.

Há uma semana, um companheiro nosso ficou em observação na UAI cerca de 24 horas. A pedido da família, fui à UAI. Ao chegarmos lá, solicitamos uma vaga no Odilon Behrens. Apesar de o paciente ter ficado 24 horas na UAI, não havia diagnóstico. Ele ficou várias horas em uma cadeira e depois em uma maca. No entanto, em menos de meia hora de estada no Odilon Behrens, o paciente estava sendo operado. Tratava-se de apendicite, e o médico disse que não sabia como o apêndice não tinha supurado, porque o rapaz estava com muita febre e as plaquetas já estavam em 70 mil, e o normal é mais de 200 mil. O médico do Odilon Behrens ficou impressionado ao saber que esse doente havia ficado 24 horas na UAI sem ter sido operado.

Não culpo os servidores da saúde, que não têm condições de trabalho. Estive na UAI, e vimos a superlotação e a falta de condições. Nesse dia, telefonamos para lá e constatamos que o médico de plantão, que deveria permanecer na unidade até às 19 horas, já havia ido embora às 17 horas e aguardavam-se os plantonistas das 19 horas. Disseram que fariam a transferência às 19h30min, quando a ambulância chegasse. Resolvemos trazer o doente em um carro da família para que pudesse ser atendido o mais rápido possível.

Por meio da Comissão de Saúde desta Casa, temos de fazer alguns encaminhamentos. Como V. Exa. disse, o povo pobre está sofrendo. Quem tem condições não precisa da saúde pública, porque tem plano de saúde privado. Na verdade, defendemos que a saúde pública tem de ser de qualidade para todos. Temos recebido muitas denúncias.

Proponho uma ação conjunta. Podemos convidar o Deputado Ivair Nogueira para assinar também esse requerimento para um debate. Esse problema não é apenas local. O Hospital Regional de Betim atende toda a região metropolitana, menos Belo Horizonte, que tem um sistema próprio de saúde. Em Contagem, no Governo de Marília Campos, como a saúde é sua prioridade, esperamos que, em breve, não se precise tanto dessa ajuda de Betim, porque Contagem terá estrutura.

Mais uma vez, cumprimento V. Exa. Temos de somar esforços para cumprir nosso papel de pessoa pública, defendendo sobretudo os direitos dos trabalhadores e o direito à saúde pública de qualidade. Obrigada.

O Deputado Jésus Lima* - Deputada Maria Tereza Lara, a idéia de se fazer uma audiência pública é extremamente importante. Devemos protocolar isso. Por meio desse debate, o Governador terá o direito de se defender e de mostrar o que está sendo feito, para que as pessoas saibam quem está dizendo a verdade.

Quem mantém e faz com que a maternidade de Betim funcione são os funcionários efetivos. Quando eu era Prefeito de Betim, aproximadamente 11 mil pessoas deixaram a UNIMED para serem atendidas pelo SUS. Hoje, se indagarmos se as pessoas estão deixando a UNIMED para serem tratadas pelo SUS, constatamos que não. Não mais existe SUS de qualidade, conforme implantamos em Betim. O pobre vive de migalhas oferecidas pelo poder público municipal. Quando fui Prefeito de Betim, o Hospital Regional estava entre os dez melhores do País.

Agradeço ao Deputado Rêmoló Aloise a oportunidade de mostrar como está a saúde em Betim. Lutaremos para que a saúde de Betim volte a ser referência e para que o povo daquela cidade se sinta mais seguro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Na data de 23/2/05, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando, a partir de 23/2/05, Mário Lúcio Rafael Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fahim Sawan

exonerando José Eustáquio Coelho de Moraes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando, a partir de 28/2/05, Mirtes Maria da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Simony Campos Tavares para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando José Eustáquio Coelho de Moraes para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições contidas na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, e no artigo 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, c/c o artigo 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, bem como na Lei nº 9.592, de 14/6/88, à vista do disposto na alínea "a" do inciso III do artigo 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no § 2º do artigo 3º da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, recepcionado pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 1º/12/2004, Maria Luiza da Luz Martins, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio à Representação Político-Parlamentar, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, com proventos a serem taxados no cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente de Gabinete .

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 10/3/2005, às 10 horas, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na R. Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser obtido, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2004

Objeto: contratação, por um período de 12 meses, prorrogável na forma da lei, de empresa especializada em serviços de transporte por táxi.

Licitante vencedora: Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande Belo Horizonte Ltda. - COOPERCASCA.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE. Objeto: prestação de serviços de informática. Objeto do aditamento: primeira prorrogação e modificação do nome da contratada. Vigência: 12 meses a partir de 15/2/2005.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Superview Comunicação e Marketing Ltda. Objeto: prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Comunicação Institucional da Assembléia Legislativa, para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, ampliação do objeto, substituição de prestante e outras alterações. Vigência: a partir de 18/2/2005. Dotação orçamentária: 01.031.011.4-011 0001 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Instituto Informatizado de Odontologia S.C. Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses a contar de 15/2/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.